negocios

negocios.pt

Quinta-feira, 27 de junho de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5269 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

PEDRO BRINCA
Não é mais nem menos, é melhor Estado
OPINIÃO 29

CATARINA CARIA
Costa no Conselho Europeu reduz a nossa perifericidade
OPINIÃO 30

Empresas pedem "diálogo" na guerra entre UE e China

Carros elétricos e carne de porco originam braço de ferro de Bruxelas com Pequim. PRIMEIRA LINHA 4 a 6

Seguradoras são obrigadas a aceitar atestado multiuso

ECONOMIA 8 e 9

Medidas do PS podem transformar excedente em saldo zero

Miranda Sarmento reafirma que a situação orçamental não era a que o anterior Governo propagandeava.
ECONOMIA 10

António Pedro Santos/Lusa

Juros altos dão nova vida a fundos que estavam esquecidos

MERCADOS 24 e 25

EY quer contratar 300 pessoas e anda à caça de empresas

EMPRESAS 18 e 19

Advocacia

Regular o lóbi é uma forma de ganhar transparência

LEX 14 e 15

HOME PAGE

Miguel Baltazar

Custo da nova dívida agrava-se para 3,4%

A agência que gere a dívida pública, liderada por Miguel Martín, viu o juro médio da emissão de novos títulos crescer até maio. Já o "stock" de dívida teve uma quebra de 31 milhões.

O custo da nova dívida emitida por Portugal subiu de 3,2% entre janeiro e abril, para 3,4% até maio. Ainda assim, esta taxa fica abaixo dos 3,5% registados no ano passado. Os valores ainda não refletem o corte de juros decidido pelo BCE.

FÁBIO CARVALHO DA SILVA
fabiosilva@negocios.pt

O custo da emissão de nova dívida emitida por Portugal está mais caro. Entre janeiro e maio, o juro médio ficou em 3,4%, o que representa um agravamento de 0,2 pontos percentuais face aos 3,2% contabilizados até abril, de acordo com dados divulgados pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP.

Apesar desta subida, a despesa com a colocação de novas obrigações fica ligeiramente abaixo dos 3,5% registados em 2023. Paralelamente, no ano passado, o juro médio do "stock" total da dívida fixou-se em 2%, um agravamento face aos 1,7% de 2022.

Esta tendência refletiu a mais rápida subida de juros de referência de sempre pelo Banco Central Europeu (BCE) – iniciada em 2022 e que continuou no ano passado –, que foi acompanhada por uma redução da presença da autoridade monetária no mercado da dívida.

Entretanto, o banco central decidiu – em linha com o que era esperado pelo mercado – reduzir as taxas de juro de referência em 25 pontos base. No entanto, a decisão foi tomada em junho já depois do período a que dizem respeito os mais recentes números do IGCP.

O financiamento mais caro nos últimos dois anos foi, contudo, amortecido pela promoção de Portugal ao clube do rating A pelas principais agências de notação.

Custo da nova dívida abaixo do ano passado, mas venda sindicada fez subir taxa.

Venda sindicada pesa mais do que saída de certificados

Até ao final de maio, o saldo da dívida direta do Estado cifrou-se em 290.847 milhões de euros, uma subida de 1,4% face a abril. "Esta variação resultou, sobretudo, do aumento mensal do saldo vivo de obrigações do Tesouro, em 4.013 milhões, explicado pelas emissões realizadas no mês", esclarece a agência liderada por Miguel Martín. Nesse mês, Portugal realizou uma venda sindicada, na qual arrecadou esse montante.

Já o 'stock' de bilhetes do Tesouro (BT) subiu em 1.573 milhões de euros. Por outro lado, o saldo de outros instrumentos financeiros diminuiu em 1.467 milhões, "em resultado de emissões no valor de 500 milhões de euros, conjugado com amortizações que ascenderam a 1.967 milhões, as quais incluem, essencialmente, a amortização de operações" de recompra de dívida. "Para a redução também contribuiu a descida do saldo vivo de certificados do Tesouro (CT), em 97 milhões, e dos certificados de aforro, em quatro milhões", acrescenta o IGCP.

Além disso, durante este período, o IGCP registou uma quebra de 49 milhões dos montantes recebidos, como contrapartidas de contas margem, necessárias para o investimento em derivados.

O "stock" de dívida diminuiu em 31 milhões, "refletindo o efeito decorrente das flutuações cambiais dos instrumentos de dívida denominados em moeda não euro", remata o IGCP. ■

DIA

AÇÃO

Entretenimento europeu sofre golpe vindo dos EUA. Flutter cai

A empresa de desporto e jogos liderada por Peter Jackson acompanhou o sentimento.

As indústrias ligadas ao entretenimento, lazer e viagens na Europa sofreram ontem um embate - tendo sido o setor com pior desempenho no Velho Continente. As companhias aéreas, como a britânica Ryanair, foram penalizadas pela revisão em baixa do "outlook" de receitas da par norte-americana Southwest Airlines. A tendência alargou-se até à empresa de desporto e jogos Flutter Entertainment, que desvalorizou 2,4%. ■

-2,43%

Variação este ano: **3,59%**
Valor em bolsa:
25.645 milhões de libras

FRASE

"Ao jogar alto com o papel político do Presidente no sistema semipresidencial francês, [Macron] arrisca-se a destruir a própria V República.

NUNO SEVERIANO TEIXEIRA
Professor catedrático, no Público

FOTO

Uma greve geral que acabou com 13 mortos

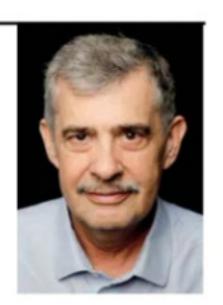
Este carro incendiado simboliza a violência que tomou conta de Nairobi, capital do Quénia, na sequência de uma greve nacional contra o aumento dos impostos. O presidente queniano, William Ruto, advertiu que tomaria as medidas necessárias para evitar o caos, mas ainda assim a greve teve um triste resultado final, a morte de 13 pessoas em resultado do protesto.

Fotografia: Daniel Irungu / EPA

NÚMERO

Os pagamentos ao setor agrícola, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), estão em perto de 21 milhões de euros até junho.

EDITORIAL

CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

A importância do otimismo

Portugal não consegue escapar à sua natureza negativista, que, aliás, fica exemplarmente expressa no desabafo que António Salazar terá feito quando lhe comunicaram a descoberta de petróleo em Angola: "Já me arranjaram mais um problema." Esta tendência coletiva para o negativismo faz parte da nossa identidade cultural e manifesta-se, com exuberância, na política.

A novela criada em torno da escolha de António Costa para o Conselho Europeu constitui apenas mais um capítulo desta atração pela autodestruição, por vezes alimentada por poderes que cobardemente se ocultam, como o atesta a circunstância da revelação de uma escuta entre António Costa e João Galamba a propósito do despedimento da ex-CEO da TAP

A escolha de António Costa para o Conselho Europeu, em vez de baixa política, merece uma reflexão séria. E não há dúvida que é relevante ter um português à frente deste órgão que define a estratégia da União Europeia (UE) num contexto em que se discute o alargamento. A extensão da UE a leste aprofunda a natureza periférica do Sul e é relevante que um líder com sensibilidade para esta matéria, neste caso António Costa, possa promover compromissos capazes de mitigar esta inevitabilidade.

Não, não é indiferente ter um português a liderar o Conselho Europeu.

E não, não é indiferente ter um português a presidir ao Conselho Europeu porque essa escolha valoriza a forma como os outros, neste caso os Estados-membros, percecionam o país. Obviamente, António Costa não irá favorecer Portugal, mas leva consigo um conhecimento e um ponto de vista que é importante na ótica da representatividade do interesse nacional.

A ida de António Costa para o Conselho Europeu não é um problema mas sim uma oportunidade para promover as qualificações dos portugueses como construtores de entendimentos. Num momento em que a UE enfrenta diversos desafios resultantes de uma nova ordem mundial, que vão da defesa à economia passando pela imigração, é significativo ter um otimista na liderança do Conselho Europeu. Mais que não seja porque não parte derrotado. E isso é meio caminho andado para ser bem-sucedido. ■

Empresas pedem "diálogo" face a guerra comercial

Serão os carros elétricos e a carne de porco apenas o início? A UE e a China envolveram-se num conflito comercial que promete ter ainda vários capítulos, mas as empresas portuguesas confiam que vingará o bom senso. Ainda assim, não descartam que possa haver consequências negativas.

Bruno Colaço

A categoria de produtos mais exportados para a China abrange pasta de madeira, papel para reciclar, entre outros.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

Ocupando uma posição de relevo nas importações portuguesas (quinto lugar em 2023), a China foi ainda o 16.º maior cliente das exportações lusas. Vários setores, com maior ou menor expressão, têm exposição comercial àquela economia asiática, com potenciais danos se as tensões entre a UE e a China – à boleia dos carros elétricos e da carne de porco – acabarem por se concretizar e alastrarem-se a outras áreas.

A UE tem de "cumprir o seu papel na defesa das indústrias e empresas do espaço europeu", ressalva José de Pina, CEO da Altri, reconhecendo que "o setor automóvel tem uma enorme importância para algumas das maiores economias da região", o que levou "a um extremar de posições". Porém, o gestor da empresa que atua no setor de fibras celulósicas pede "que ambos os lados procurem manter um diálogo aberto que permita ultrapassar as diferenças que possam surgir e que possa permitir identificar áreas de interesse comum".

No caso da Altri, não é para menos, uma vez que o continente asiático "é um importante mercado" em que a produtora de pasta de papel está a crescer. "Em 2023, aumentámos a nossa exposição à Ásia, que absorveu 14% da nossa produção total, com destaque para a China", indica o CEO, notando que este país "é, sem dúvida, o principal 'player' neste mercado, já que se trata de um dos maiores importadores de pasta a nível global". É, por isso, "estratégico" para produtos da Altri, empresa que é um dos maiores exportadores portugueses nesta indústria para a China, "senão mesmo o maior", numa relação "com mais de uma década que tem vindo a ser aprofundada".

5.ª
IMPORTAÇÕES
A China ocupa uma posição de relevo nos produtos que entram no mercado português, ficando na quinta posição.

José de Pina admite que a atual circunstância possa prejudicar as economias europeias, mas, apesar de tudo, confia que as tensões não vão gerar uma situação-limite. "Acreditamos que os dois blocos acabarão por encontrar um ponto de equilíbrio, embora o contexto atual possa trazer algumas consequências negativas, já que mina a confiança e, consequentemente, pode levar à redução das trocas comerciais e dos investimentos".

"A nossa convicção é de que é improvável que assistamos a um alastramento destas disputas ao nosso mercado, apesar de não podermos descartar totalmente esse cenário", conclui o gestor.

"É inevitável algumas consequências negativas"

Também José Eduardo Carvalho, presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP), considera que se deve "encontrar um ponto de equilíbrio com a defesa de alguns setores nacionais prejudicados com esta guerra comercial", pedindo que haja cautela "para que não haja esse efeito de arrastamento", nomeadamente nos setores em que Portugal é competitivo.

Em todo o caso, acredita "que é inevitável algumas consequências negativas, quer em termos de relações comerciais quer em termos de investimento", lembrando que "Portugal é uma pequena economia aberta" e que "restrições ao livre comércio são prejudiciais".

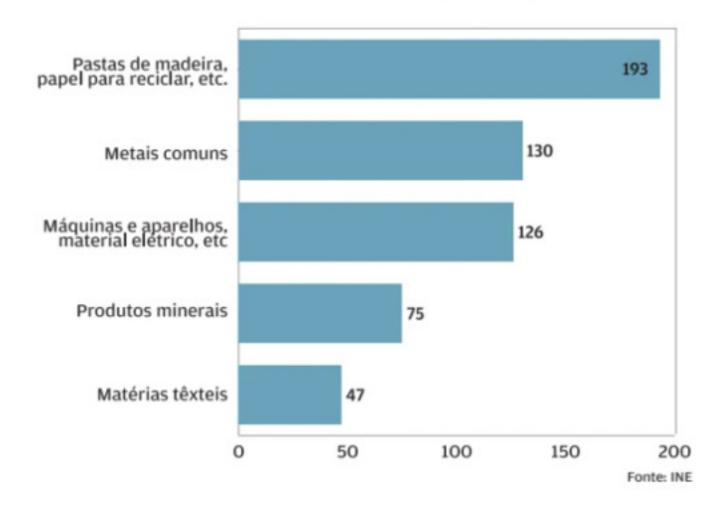
O representante da indústria considera ainda que "a Europa já cometeu diversos erros estratégicos", quando, na sua opinião, "entregou a energia à Rússia, a defesa aos EUA, e a indústria à China", defendendo, por isso, que "não se devem aceitar as distorções de concorrência provocadas pelas subvenções e auxílios de Estado do governo chinês às empresas". Isto, apesar de reconhecer que "o protecionismo nunca favorece as pequenas economias e não tornará competitiva a economia europeia".

Por seu lado, Rafael Campos Pereira, representante da indústria metalúrgica e metalomecânica (AIMMAP) e vice-presidente

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES PARA A CHINA

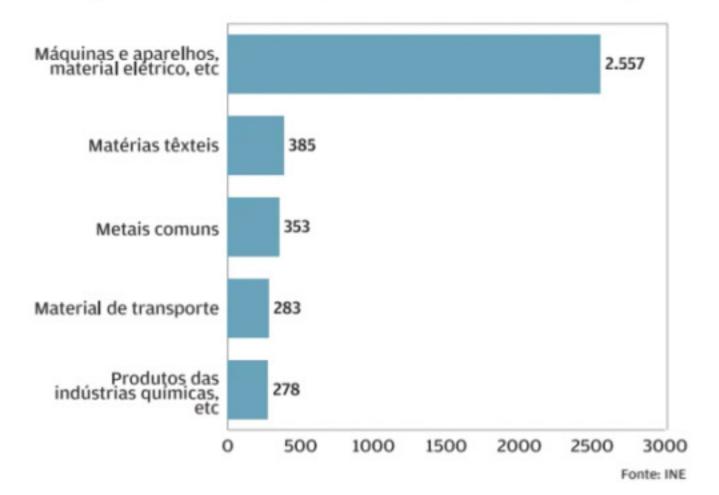
Produtos exportados em 2023, em milhares de euros.

A categoria que inclui pastas de madeira, bem como papel e cartão para reciclar foi, no ano passado, a que mais se destacou nas vendas de Portugal para a China. Seguem-se metais comuns e máquinas e aparelhos.

Fonte: INE

PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES DA CHINA

Produtos importados em 2023, em milhares de euros.

Com uma enorme distância face às demais categorias, as máquinas e aparelhos, material elétrico, etc. dominam as importações de produtos chineses. Seguem-se matérias têxteis, metais comuns e material de transporte.

Fonte: INE

da CIP, defende "uma revisão imediata das cláusulas de salvaguarda que estão a enviesar a situação competitiva das empresas nacionais e europeias" e nota que a atual política vai "empurrar a produção para países muito mais carbonizados e complicados do ponto de vista político".

Ressalvando que o mercado chinês "não é de todo dos mais importantes destinos de exportações do setor" – embora seja dos mais representativos das exportações portuguesas para a China –, Rafael Campos Pereira diz que medidas de retaliação chinesas "não teriam um impacto muito relevante nas exportações" da metalurgia e da metalomecânica. No entanto, não despreza a sua potencial importância no futuro se a China continuar "o caminho de promover maior sofisticação, e caso o regime político acompanhe essa trajetória".

Já César Araújo, presidente da ANIVEC - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário/Confeção e Moda considera que "todos os produtos que venham de países terceiros [extracomunitários] devem pagar a taxa aduaneira e o IVA".

O responsável atira também que "a Europa está a beber do seu próprio veneno", porque "escancarou as portas a qualquer produto" e "nunca introduziu a reciprocidade dos mercados". ■

PERGUNTAS A LUÍS CUNHA

Especialista em Estudos Asiáticos, professor na NOVA IMS Information Management School

"É provável que as disputas comerciais com a China alastrem"

Luís Cunha, especialista em assuntos internacionais, considera que a UE "despertou fora de tempo" para a entrada dos veículos elétricos chineses.

Como é que vê o braço de ferro comercial entre a UE e a China?

Aparentemente, a China estará a usar a possibilidade de restringir a importação de carne de porco da UE como resposta ao recente aumento das tarifas à importação de carros elétricos chineses. Este episódio vem evidenciar, mais uma vez, a assimetria das relações entre a UE e a China e o modo como o protecionismo é hoje uma arma económica de uso corrente a Ocidente e a Oriente: a UE tem vindo, ao longo dos anos, a impor tarifas "antidumping" a várias exportações chinesas (no aço, no alumínio, nos pneus, na loiça, etc.) e a China também tem usado o mesmo tipo de instrumentos. Isto numa altura em que os mecanismos de resolução de disputas da OMC estão inoperantes. A UE despertou fora de tempo para a entrada em massa de veículos elétricos "made in China" no espaço europeu: sendo líder no mercado de baterias elétricas e tendo agora uma vasta gama de carros com preço e design atrativos, a China dispõe de todas as condições para fazer frente ou mesmo ultrapassar segmentos da importante indústria automóvel europeia. E é duvidoso que a imposição de tarifas cada vez mais significativas consiga conter a penetração da China no mercado automóvel europeu. No caso da carne de porco, e tendo em atenção que a China é o maior consumidor mundial, este braço de ferro pode ter efeitos negativos para os produtores portugueses. O cerne da questão é que o mercado europeu é transparente e aberto ao investimento estrangeiro, enquanto a economia chinesa é opaca, em grande parte, para o investimento estrangeiro. Por outro lado, as fragilidades das indústrias europeias e a consequente dependência da China ficaram a descoberto durante a pandemia. É provável agora que as disputas comerciais com a China alastrem a outros setores. Não se tratará de uma "guerra comercial" semelhante à que opõe os EUA à China, mas há a registar uma posição cada vez mais firme por parte da UE e a consequente resposta por parte de Pequim.

É duvidoso que a imposição de tarifas cada vez mais significativas consiga conter a penetração da China no mercado automóvel europeu.

LUÍS CUNHA
Especialista em relações internacionais

O facto de também os EUA terem diferendos comerciais com a China enfraquece de algum modo a posição chinesa neste braço de ferro?

A UE tem vindo a alinhar, até certo ponto, com a visão realista de Washington face aos desafios, económicos e políticos, que a China representa. Mas enquanto há a registar um raro consenso bipartidário nos EUA relativamente à competição geopolítica e geoeconómica com a China, na UE persistem divisões sobre o modo de abordar a China. A locomotiva UE puxa por 27 carruagens que andam a velocidades diferentes. E a China tem sabido retirar dividendos destas clivagens no seio da UE. É ainda de notar que os EUA e a UE caminharam na direção de plasmarem a política estatal protecionista, baseada em fortes subsídios, adotada pela China. Os três blocos económicos injetam, como nunca, capital nas indústrias críticas. A disputa tecno-nacionalista está ao rubro.

Esta questão comercial está ou não ligada a outras tensões a que já assistimos, como as posições mais hostis da UE no 5G?

A geopolítica passou a comandar a geoeconomia de modo assertivo. Desde que Ursula von der Leyen anunciou a intenção de conferir à UE uma postura mais geopolítica que a tensão com a China (e por vezes com os EUA) tem sido a marca de água do seu consulado à frente da Comissão Europeia. Assistimos a uma reconfiguração das redes de comunicação política e económica. A concorrência comercial passou a ter implicações políticas a uma escala muito maior. Os EUA e a UE tentam proteger as suas indústrias com mecanismos regulatórios que impõem barreiras à China. O "decoupling" americano e o "de-risking" europeu andam em paralelo. Resta saber até que ponto essas medidas surtem efeito, impedindo a China de penetrar em setores tradicionalmente dominados por americanos e europeus, como é o caso da aviação civil. ■

A balança é desequilibrada mas 2023 trouxe um abanão

O défice comercial da União Europeia face à China acentuou-se a partir de 2018, embora no ano passado tenha havido uma redução expressiva a reboque das importações. Foi, ainda assim, o segundo registo mais negativo da última década.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

Nas relações entre a China e a UE não há registo que se compare na última década: 2023 ficou marcado por uma queda abrupta do défice comercial dos Estados-membros face ao gigante asiático, passando de -396 mil milhões de euros para -291 mil milhões.

Apesar disso, o défice registado no ano passado é, na verdade, o segundo valor mais elevado da última década, acima dos -250,4 mil milhões de 2021 e quase três vezes mais do que o registo atingido em 2013 (-104,2 mil milhões).

A escalada nos últimos anos começou em 2018 (na altura 7,4%, para -154,7 mil milhões), mas os maiores incrementos do défice comercial europeu face à China tiveram lugar num contexto de pandemia: em 2021 houve um aumento de 37,3%, para -250,4 mil milhões e, ainda mais, em 2022 deu um salto gigante de 58,5%, para -396,8 mil milhões.

Esta tendência foi então quebrada com a forte redução do ano passado, de 26,7%, o que acompanha o espírito dos tempos, em que a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e uma parte dos 27 apontam a mira a Pequim.

Se é verdade que as exportações europeias para a China caíram no ano passado 3%, para 223,5 mil milhões, as importações tiveram um trambolhão bem maior, com uma redução de 18%.

O movimento observado entre as 20 maiores categorias exportadas e importadas mostra ainda que neste último caso as subidas são uma exceção, ou seja, em duas dezenas de tipologias de produtos apenas três apresentaram uma melhoria: máquinas de energia elétrica e peças (+4,8%, para 14,6 mil milhões de euros), máquinas e aparelhos elétricos (+5,4%, para 36,5 mil milhões) e automóveis e veículos a motor — que têm estado no centro do furacão — uns incomparáveis 36,7%, para 12,9 mil milhões.

Os produtos chineses mais importados pela UE continuaram a ser equipamentos de telecomunicações, embora com uma redução de 10,8%, para 56,3 mil milhões de euros, sendo agora seguidos pelas máquinas e aparelhos elétricos referidos acima e por máquinas de processamento automático de dados (queda de 25,6%, para 36 mil milhões). A maior descida, no entanto, verifica-se na categoria de compostos orgânicos e inorgânicos (-45%, para 15,6 mil milhões).

Já nas vendas à China, são os automóveis que reinam, atingindo 19,4 mil milhões de euros — uma escala diferente da que pode ser observada nas importações. Este valor representa, porém, uma redução de 19,9% face ao ano anterior. A maior quebra foi verificada nos tubos eletrónicos e válvulas (-39%, para 7,9 mil milhões de euros) e a maior subida na categoria de outras máquinas (+52,1%, para 13,5 mil milhões). ■

Lucy Nicholson/Reuters

As relações comerciais esfriaram depois do pico de 2022.

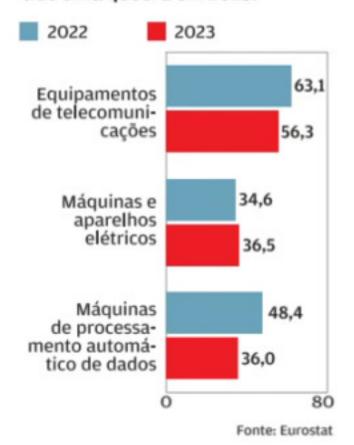
291
DÉFICE COMERCIAL
Em 2023, o défice comercial da UE face à China caiu de 396 mil milhões de euros para 291 mil milhões.

3%
EXPORTAÇÕES
As vendas europeias à China caíram 3% no ano passado para 223,5 mil milhões de euros.

19,4
AUTOMÓVEIS
Nas vendas europeias à China, os automóveis lideram com 19,4 mil milhões de euros (queda de 19,9% face a 2023).

IMPORTAÇÕES EUROPEIAS
Valores em milhares de milhões de euros

Sem surpresa, são os equipamentos de telecomunicações que se impõem nas importações de produtos chineses na UE, embora tenham tido uma quebra em 2023.

Fonte: Eurostat

EXPORTAÇÕES EUROPEIAS
Valores em milhares de milhões de euros

Os automóveis e veículos a motor (a tal categoria que serviu de rastilho para as mais recentes tensões) são os produtos europeus mais exportados para a China.

Fonte: Eurostat

APRESENTADO POR

IPG MEDIABRANDS

O **Media Trends: What's Next?** é uma iniciativa que tem como objetivo dar a conhecer e a debater as principais tendências de media, explorando o que está por vir.

Entre janeiro e junho, desafiamos **5 agências de meios** em Portugal a dar a sua perspetiva sobre as tendências do mercado de media para 2024.

Saiba quais são as tendências da EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO apresentadas pela Mediabrands.

27 JUNHO | 10H00

10h00 | Boas Vindas
Luís Ferreira, Diretor Geral Comercial, Medialivre

10h05 | Eficácia da Comunicação
Desafios para as marcas
Ana Rita Cardoso, Chief Strategy Officer, IPG Mediabrands
Rui Freire, Managing Director, Initiative

10h35 | Desafios da Eficácia
Alberto Rui, CEO, IPG Mediabrands
António Roquette, CEO, UZINA
Pedro Lobato, Head of Brand Strategy, GALP
Rita Tomé, Head of Branding, Cofidis
Teresa Burnay, Business Unit Director, Media Director Unilever

Moderação: **Marta Rangel**

11h35 | Fim

Assista em negocios.pt
Saiba mais em mediatrends.negocios.pt

APOIO
negocios

JUSTIÇA

Seguradoras obrigadas a aceitar atestado multiuso

O atestado médico para pessoas com deficiência é um "documento autêntico" que faz fé pública e por isso deve ser aceite pelas seguradoras quando está a ser discutida uma indemnização, não podendo ser substituído por outras provas no que respeita ao seu conteúdo. Decisão é do STJ e fixa jurisprudência.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

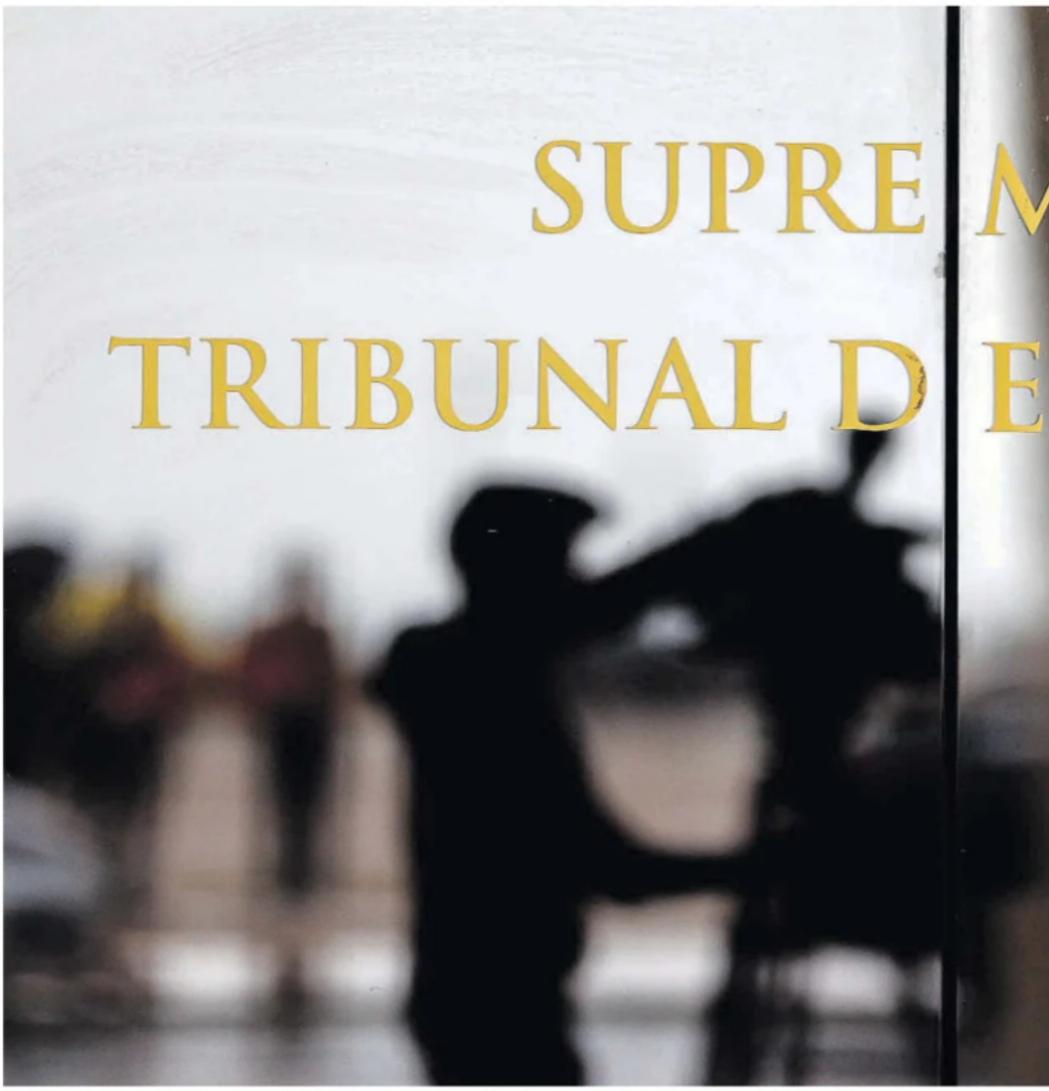
O atestado médico de incapacidade multiuso, emitido para pessoas com deficiência "é um documento autêntico" que "faz prova plena dos factos praticados e percecionados pela «junta médica» a qual é, por seu turno, uma "autoridade pública". A orientação é do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e o acórdão, publicado na passada terça-feira em Diário da República, veio fixar jurisprudência. Basicamente, a conclusão é que o conteúdo do atestado multiuso tem de ser aceite, não podendo ser afastado por outro tipo de prova, nomeadamente a realização de uma perícia.

No caso que chegou aos juízes conselheiros estava em causa uma pessoa que, na sequência de uma doença grave, ficou com uma incapacidade absoluta e definitiva de 76% comprovada pelo necessário atestado de incapacidade multiusos passado por junta médica e já reconhecida pela Segurança Social. Concluiu-se que tinha uma incapacidade total para o trabalho e dependência de terceiros. Ora isso, de acordo com o contrato de seguro realizado quando contratou um crédito à habitação junto do seu banco, dava-lhe direito à amortização total do crédito.

No entanto, a seguradora contestou o pedido e exigiu a realização de uma prova pericial e mais uma série de documentos, como um relatório do médico assistente, documento da Caixa Geral de Aposentações (CGA), entre outros. Depois, recusou o pagamento, alegando inexatidões nas declarações prestadas pela cliente quando contratou o seguro. A prova pericial foi realizada no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF), que concluiu que a doença detetada causava uma incapacidade, sim, mas de 21,9%, contrariando o atestado multiuso.

E havia aí, portanto, dois elementos de prova em contradição. Por um lado o atestado multiuso, por outro o resultado da perícia feita pelo INMLCF. Qual delas deveria prevalecer? O caso seguiu nos tribunais, tendo chegado ao STJ, que decidiu que a Seguradora não tinha razão e teria mesmo de pagar. Basicamente porque o atestado multiuso, sendo um documento "autêntico", "faz prova plena dos factos praticados e percecionados pela "junta médica" (autoridade pública) competente".

"A prova plena é a mais forte e por isso afasta outro tipo de prova", resume Regina Santos Pereira, advogada da SRS e especialista em Processo Civil. No fundo, "aqueles factos consideram-se provados, a não ser que se conclua que o documento é falso", acrescenta. No caso concreto do atestado multiuso, o que acontece é que "com esta decisão fica afastada a prova pericial quanto à verificação da doença", continua a especialista. Ou seja, as seguradoras, em casos semelhantes, terão de aceitar o atestado multiuso e o nível de incapacidade que foi determinado pela junta médica que o passou.

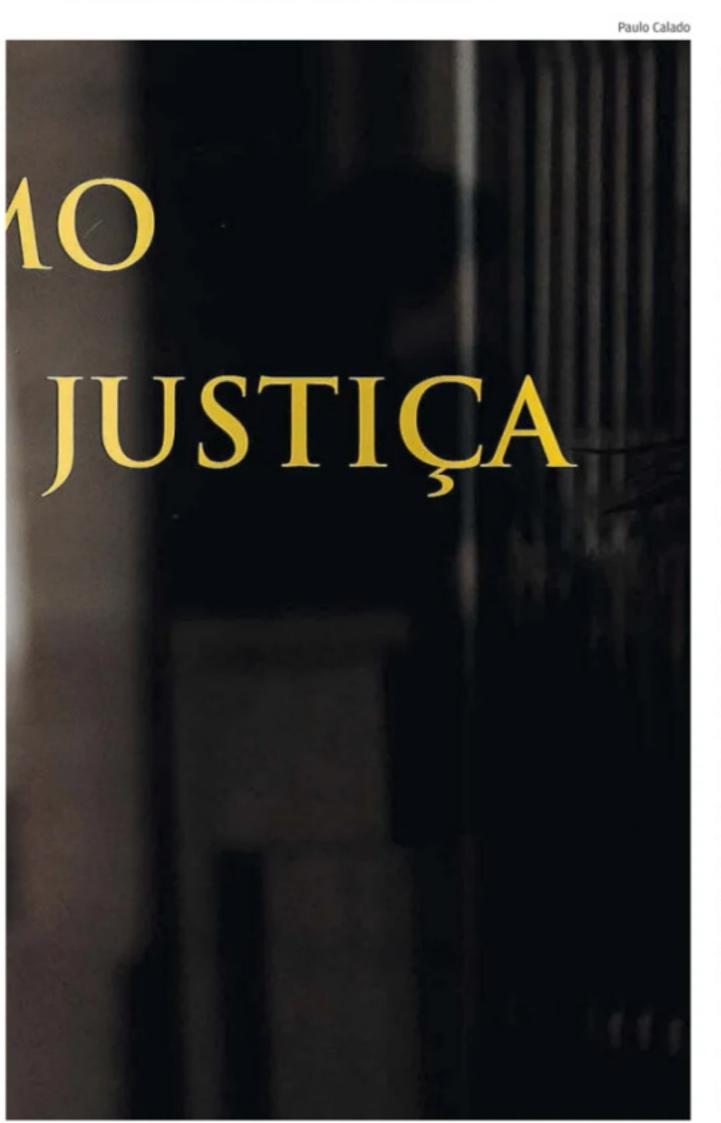
Ainda assim, alerta Regina Santos Pereira, não quer dizer que não possam invocar outras

Ao fixar jurisprudência, o STJ não obriga os magistrados dos restantes tribunais a decidirem da mesma forma, mas

O conteúdo do atestado tem de ser aceite, não podendo ser afastado por outro tipo de prova.

Em regra quando há jurisprudência o entendimento do STJ é acatado pela generalidade dos tribunais.

A questão é importante para muitas situações em que é preciso atestar o grau de incapacidade.

> **A prova plena é a mais forte e por isso afasta outro tipo de prova e aqueles factos consideram-se provados, a não ser que se conclua que o documento é falso.**
>
> **REGINA SANTOS PEREIRA**
> Advogada da SRS e especialista em Processo Civil

Paulo Calado

casos idênticos que cheguem terão tratamento idêntico.

questões e produzir outro tipo de prova. Até porque "as apólices não têm só a condição da patologia, há as preexistências [a situação da pessoa quando assinou o contrato] e toda uma quantidade de exclusões", exemplifica. O que têm de aceitar como bom é o que consta do atestado multiuso.

STJ fixa jurisprudência

No caso que chegou ao Supremo, aliás, a seguradora levantou outras questões, mas acabaram por não vingar. O Tribunal recusou a prova pericial e a companhia acabou mesmo por ser condenada a pagar a indemnização pedida. Porém, a seguradora não se deu por vencida e invocou ainda a existência de uma "oposição de julgados", ou seja, de um acórdão anterior, sobre o mesmo tema, que decidiu de forma oposta, considerando o atestado multiuso, não como um documento autêntico, mas tão somente "uma conclusão pericial, sujeita a livre apreciação do tribunal".

O caso chegou, assim, ao Pleno das Secções Cíveis e Social do Supremo Tribunal de Justiça e, da apreciação feita, acabaria por vingar a tese de que estamos, de facto, perante um documento autêntico, com as consequências que isso acarreta em termos de prova.

Ao fixar jurisprudência, o STJ não obriga os magistrados dos restantes tribunais a decidir da mesma forma. Porém, fica assente que, daqui para a frente, casos idênticos que cheguem ao Supremo sob a forma de recurso terão idêntico tratamento, mesmo que nos tribunais inferiores a decisão tenha sido outra. Assim, e até por uma questão de economia processual, em regra quando é fixada jurisprudência o entendimento do Supremo é acatado pela generalidade dos tribunais.

E se a questão é importante para disputa com seguradoras, é-o igualmente para muitas outras situações em que é preciso atestar o grau de uma incapacidade, sublinha ainda Regina Santos Pereira. Por exemplo em matéria fiscal ou nos casos de contratos de arrendamento anteriores a 1990, em que os inquilinos com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% estão dentro do leque de exceções à aplicação das regras de atualização de rendas. ■

HABITAÇÃO

Jovens com isenção no IMT e Imposto do Selo a partir de 1 de agosto

Diploma foi aprovado no Conselho de Ministros desta terça-feira. Jovens até aos 35 anos também deixam de pagar o Imposto do Selo para compra de casa até 316 mil euros.

A partir do dia 1 de agosto, os jovens até aos 35 anos que comprem casa própria passam a estar isentos do pagamento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e do Imposto do Selo (IS). O decreto-lei que concretiza a autorização dada pela Assembleia da República foi aprovado pelo Governo no Conselho de Ministros de terça-feira. A entrada em vigor da medida no início de agosto foi sempre a intenção do Executivo, que tendo em conta os prazos consegue ser cumprida.

"Após a publicação da Lei de Autorização da Assembleia da República, aprovou o decreto-lei que isenta de IMT e de IS a compra da primeira habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos", refere a nota do Governo, acrescentando que a dispensa se aplica até ao quarto escalão do IMT", ou seja, 316 mil euros.

Para imóveis acima deste valor e até um limite de 633 mil euros, há uma isenção parcial. O comunicado do Conselho de Ministros acrescenta que "o decreto-lei produz efeitos a 1 de agosto" e que os municípios serão compensados, de forma a colmatar a perda de receita fiscal. Com efeito, o IMT é uma importante fonte de receita das autarquias, representando mais de 40% da receita fiscal e cerca de 14% do total de receita.

De acordo com os cálculos apresentados pelo Governo, para um imóvel de 200 mil euros o impacto da isenção de IMT levaria a uma poupança de 5.578 euros. Já numa casa de 250 mil euros, a poupança sobe para 9.478 euros. Subindo o valor, um imóvel avaliado em 350 mil euros deixaria de pagar os 14.810 euros de IMT e os 2.800 euros de Imposto do Selo, para pagar 2.668 euros e 266 euros, respetivamente.

Garantia pública promulgada

Nesta quarta-feira, outra medida dirigida aos jovens deu mais um passo com a promulgação por parte de Marcelo Rebelo de Sousa do diploma que dá uma garantia pública para compra de casa. "O Presidente da República promulgou o diploma do Governo que estabelece as condições em que o Estado pode prestar garantia a instituições de crédito, com vista à viabilização de concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até aos 35 anos", lê-se na nota divulgada pela Presidência da República.

A medida, que tinha sido incluída no programa do Governo, foi aprovada no final de maio e determina que os jovens até 35 anos que queiram comprar a primeira habitação própria e permanente vão poder ter acesso a uma garantia pública que cubra parte do empréstimo.

Estão previstas várias condições, entre as quais, o valor das casas. Apenas são abrangidos imóveis até 450 mil euros, para os quais a garantia poderá chegar até 15% do valor do ativo. Além disso, a garantia pública será apenas para jovens entre 18 e 35 anos de idade e domicílio fiscal em Portugal, com rendimentos que não ultrapassem o oitavo escalão do IRS (ou seja 81.199 euros por ano) e que não sejam proprietários de outra casa. ■

PRP/CA

> **Poupança com isenção do IMT e do IS pode chegar a alguns milhares de euros.**

FINANÇAS PÚBLICAS

Medidas do PS podem transformar excedente em saldo zero

Governo continua a prever excedente este ano, sem contar com as medidas do PS aprovadas no Parlamento. Impactos estimados das Finanças põem medidas a consumir excedente. Primeiro-ministro cola PS a irresponsabilidade orçamental.

António Pedro Santos/Lusa

Governo aponta para um ligeiro excedente orçamental para este ano, que poderá ficar entre 0,2% e 0,3% do PIB.

Há mais responsáveis sobre o que serão as contas públicas de 2024 e 2025: os partidos que aprovaram medidas com impacto orçamental.

LUÍS MONTENEGRO
Primeiro-ministro

A situação orçamental é mais exigente, mas ainda assim é possível ter um superávite.

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO
Ministro das Finanças

SUSANA PAULA*
susanapaula@negocios.pt

Depois de ter acusado o anterior Governo de deixar "as contas públicas bastante pior do que o esperado", os números elencados pelo ministro das Finanças no Parlamento sinalizam que poderá ser possível, mesmo com as medidas do PS, escapar ao défice no final do ano.

Joaquim Miranda Sarmento foi ao Parlamento para ser ouvido sobre as contas públicas, depois das acusações que tinha feito ao anterior Governo. O titular da pasta das Finanças manteve o argumento, frisando que encontrou "uma situação orçamental que não era a que o PS propagandeava".

As dúvidas começaram depois de, em contas públicas (a ótica de caixa), se ter registado um défice no primeiro trimestre deste ano, esvaziando o excedente que tinha sido alcançado no período homólogo. A discussão tem-se mantido e, nesta quarta-feira, Miranda Sarmento manteve as acusações, entre elas as despesas extraordinárias de 1.080 milhões de euros aprovadas depois do dia 10 de março; resoluções de Conselho de Ministros "sem conhecimento" da Direção-Geral de Orçamento no valor de cerca de "1,2 milhões de euros", e o uso de cerca de 250 milhões de euros da dotação provisional.

No entanto, estes elementos dizem respeito à gestão corrente das contas públicas, numa ótica de caixa. Na ótica de compromissos, que é usada para apurar o saldo orçamental em percentagem do PIB, os dados divulgados pelo INE mostram uma passagem, homóloga, de um excedente histórico a um ligeiro défice (de 0,2% do PIB), mas compatível, para muitos economistas e para o próprio Governo, com a meta de um excedente orçamental.

Aliás, Miranda Sarmento assegurou isso mesmo perante os deputados: "A situação orçamental é mais exigente, mas ainda assim é possível ter um superávite". A estimativa do Governo mantém-se entre os 0,2% e 0,3% do PIB, sublinhou.

No entanto, esta previsão, ressalvou o governante, "não incorpora as medidas aprovadas no Parlamento" à revelia do Executivo. Em causa estão propostas do PS que foram aprovadas com outros grupos parlamentares, como a redução do IRS, a descida do IVA da eletricidade e o fim das portagens nas ex-SCUT, com impactos estimados pelas Finanças de 350 milhões, 110 milhões e 180 milhões de euros, respetivamente.

Somando as três medidas, o impacto orçamental poderá rondar os 640 milhões de euros, ou seja, cerca de 0,23% do PIB, de acordo com a estimativa de PIB nominal que o Governo remeteu a Bruxelas no final de março e que assenta numa estimativa de crescimento de 1,5%. No entanto, as principais instituições dizem que

a economia deverá crescer mais, reduzindo o impacto no rácio do saldo orçamental.

Ou seja, a confirmar-se estas estimativas de impacto, as medidas do PS podem consumir a totalidade (ou dois terços) do excedente esperado por Sarmento, consoante se considere o intervalo mínimo ou máximo da sua previsão. Mesmo com estas medidas extra, o saldo orçamental deve escapar ao défice, permanecendo equilibrado (perto ou acima do zero).

No entanto, no debate quinzenal de ontem, o primeiro-ministro fez questão de colar o PS e o Chega a um eventual regresso ao défice. "Há mais responsáveis sobre o que serão as contas públicas de 2024 e 2025: os partidos que aprovaram medidas com impacto orçamental", disse Montenegro.

Medidas do Governo estão acomodadas

Além disso, Miranda Sarmento disse que os principais pacotes legislativos que o Governo apresenta com efeitos este ano estão acomodados na previsão de excedente. "Para 2024 há condições para acomodar as alterações, seja por receitas próprias, saldos de gerência ou plafonds que possam existir nos programas operacionais", descreveu o ministro.

A dúvida está no programa de emergência de saúde. "O programa de saúde é o único que poderá ter um reforço por via das dotações do Ministério das Finanças", disse Miranda Sarmento. Segundo as contas da UTAO, no final do primeiro trimestre havia ainda cerca de 250 milhões de euros (em 500 milhões) disponíveis. ■

*Com PRP

SAÚDE

Plano de emergência para SNS pode ter riscos orçamentais, avisa CFP

Sem detalhes para avaliar custo das medidas, organismo avisa que novos investimentos previstos não podem comprometer estabilidade orçamental. Défice recuou em 2023.

O plano de emergência para a saúde apresentado pelo Governo no final de maio pode trazer riscos orçamentais neste ano, alerta o Conselho das Finanças Públicas (CFP), numa análise ao desempenho orçamental do Serviço Nacional de Saúde no ano passado, divulgada esta quarta-feira.

No documento, o CFP salienta que ainda "não dispõe de detalhes sobre o custo das medidas anunciadas, que serão cruciais para uma melhor avaliação do seu impacto nas finanças públicas", mas lembra que o Programa de Emergência e Transformação na Saúde inclui "um aumento de contratações e requalificação e expansão da infraestrutura", que pode "colocar alguma pressão orçamental adicional".

Os riscos são identificados "para 2024", num momento em que as contas públicas seguem com o registo de um défice orçamental de 0,2% do PIB no primeiro trimestre. Apesar de o Governo manter a perspetiva de um excedente anual de 0,2% a 0,3% do PIB, há já alertas para uma possível maior degradação do saldo em face das medidas a adotar ainda neste ano. O CFP avisa que "é crucial encontrar um equilíbrio entre a melhoria dos serviços de saúde e a sustentabilidade das finanças públicas, garantindo que os investimentos (...) não comprometem a estabilidade orçamental a longo prazo".

No plano com 54 medidas dado a conhecer pela ministra da Saúde, Ana Paula Martins, está prevista a abertura de 900 vagas para medicina familiar em todo o país, embora as necessidades identificadas estejam sobretudo concentradas na área da Grande Lisboa, o recurso a uma bolsa de médicos convencionados e também o reforço de protocolos com instituições particulares de solidariedade social no âmbito dos chamados projetos Bata Branca e similares. Avançarão ainda unidades de saúde familiar de gestão privada.

Já no que diz respeito a infraestruturas, o Governo anunciou a intenção de abrir uma linha de financiamento para a requalificação de urgências, com prioridade para as urgências psiquiátricas, e de avançar com a criação de centros clínicos para respostas de urgência em proximidade.

As novas medidas de investimento do programa vão somar-se aos investimentos já previstos no âmbito do PRR, que em 2023 tiveram menos de metade da execução prevista, acabando por favorecer uma redução do défice do SNS.

Menos défice. Subfinanciamento mantém-se

A análise do CFP indica que no ano passado o défice do SNS atingiu 435,1 milhões de euros, ficando 62,4 milhões abaixo do previsto no Orçamento do Estado para 2023. Para este valor, adianta, contribuiu tanto a execução da despesa como da receita.

No caso da despesa, esta ficou 385,4 milhões de euros abaixo do previsto devido "essencialmente a uma menor execução da despesa de capital em 460,2 milhões de euros face ao estimado no documento de programação orçamental (grau de execução de 44%)".

"De acordo com a Conta Geral do Estado de 2023, não se efetivaram os pagamentos associados ao plano de investimento com financiamento do PRR, por exemplo, para a transição digital na saúde, aos cuidados de saúde primários e equipamentos hospitalares", destaca o CFP.

A baixa execução dos investimentos contribuiu também para desvios do lado da receita, com o organismo a dar conta de que a "receita de capital situou-se 198,5 milhões de euros abaixo do orçamentado inicialmente, em parte resultante da menor execução da despesa de capital financiada por fundos europeus". O desvio total na receita face ao previsto foi de 323 milhões de euros.

Apesar da baixa execução de investimentos ter mantido a despesa abaixo do previsto, o CFP assinala que os gastos correntes continuaram a superar o orçamentado, com mais 74,8 milhões de euros que o projetado.

Para essa evolução contribuíram as horas extra, que apesar de terem diminuído 9,8% face a 2022 ficaram mais caras: um encargo 12,7% superior ao do ano anterior, para um total de 474,9 milhões de euros.

Já os gastos com medicamentos, que estavam em forte aceleração no ano passado (mais 10,9%), abrandaram, com o crescimento a cair para 3,7%.

A despesa do SNS atingiu no ano passado 14.061 milhões de euros, subindo em 893 milhões, mas perdendo peso face ao PIB devido à forte expansão nominal do produto no ano passado. Os gastos com o SNS recuaram de 5,4% para 5,3% do PIB. ■

MARIA CAETANO

12,5%

DESPESA

O peso da despesa do SNS na despesa pública aumenta desde 2014 e alcançou no ano passado o valor mais elevado.

UNIÃO EUROPEIA

Apoio a Costa a olhar para o "interesse da Europa"

O primeiro-ministro defendeu esta quarta-feira que o apoio do Governo português a António Costa, no quadro de um pré-acordo global sobre os cargos de topo da União Europeia, foi decidido "a olhar sobretudo para o interesse da Europa".

No debate preparatório do Conselho Europeu de amanhã e sexta-feira, Luís Montenegro recordou que na noite das eleições europeias, anunciou que o Governo português iria apoiar uma candidatura de Costa a presidente do Conselho Europeu, se se viesse a consumar no quadro de um acordo entre as maiores famílias políticas do Parlamento Europeu.

"No Governo tomámos esta posição a olhar para o interesse do Estado português, mas a olhar sobretudo para o interesse da Europa, para o que podem ser as melhores decisões e os melhores equilíbrios, para podermos ter eficácia nos trabalhos das instituições europeias nos próximos anos", defendeu.

A cimeira europeia de amanhã e sexta-feira, em Bruxelas, tem no centro da discussão os altos cargos das instituições da UE no próximo ciclo institucional (2024-2029) na sequência das eleições europeias, havendo já um aval político preliminar entre o centro-direita, os socialistas e os liberais ao nome do ex-primeiro-ministro português para a liderança do Conselho Europeu, ao de Ursula von der Leyen para um segundo mandato na Comissão Europeia e ao da primeira-ministra da Estónia, Kaja Kallas, para chefe da diplomacia comunitária. "Continuando a ser expectável a manutenção de um pré-acordo que foi tornado público", afirmou Montenegro.

Do Conselho Europeu dos próximos dois dias, o primeiro-ministro disse esperar o reforço das medidas de apoio à Ucrânia.

"Não nos cansaremos na Europa de poder lançar mão de todos os mecanismos para garantir o apoio político, económico, militar e humanitário à Ucrânia", assegurou. ■ LUSA

MERCADO DE TRABALHO

Montenegro afasta "desvalorização" ao subsídio de desemprego

Depois da ministra do Trabalho ter defendido alterações às regras do subsídio de desemprego, que a Confederação do Comércio (CCP) incentivou à saída concertação social, o primeiro-ministro sugere que em causa não estarão apoios contributivos, mas outras como o subsídio social.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

A ministra do Trabalho abriu na semana passada a porta a alterações às regras do subsídio de desemprego, de forma a incentivar a procura de emprego, uma proposta defendida esta quarta-feira de manhã por uma confederação patronal. À tarde, no Parlamento, o primeiro-ministro reenquadrou a discussão e disse que o que o Executivo pretende é mexer noutros apoios sociais.

Em resposta a Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que quis saber se o Governo olha para o subsídio de desemprego (financiado por contribuições) "como uma dádiva do Estado", Luís Montenegro respondeu que a preocupação é com um conjunto de outros apoios sociais, que incluem o subsídio social de desemprego (financiado por impostos).

"O sentido das palavras da senhora ministra não é a desvalorização do subsídio de desemprego", disse o primeiro-ministro, reiterando que o Governo quer evitar que quem acumula prestações tenha um rendimento superior do que quem está a trabalhar. "Não é o subsídio de desemprego, mas pode ser, por exemplo, o subsídio social de desemprego".

Luís Montenegro diz que tal pode ser feito por duas vias: por fiscalização e "garantindo que quem ingressa no mercado de trabalho não tem um rendimento inferior ao que tinha quando estava a trabalhar", afirmou.

O Programa do Governo diz que o sistema de escalões de rendimentos para atribuição de prestações sociais (não contributivos) implica por vezes uma redução ou uma retirada de apoios que desincentiva aumentos de rendimento do trabalho. O documento defende a agregação de apoios e a criação de um "suplemento remunerativo solidário".

Na semana passada, numa conferência sobre direito do trabalho, a ministra do Trabalho afirmou que o Governo quer "estudar a possibilidade de acumular prestações sociais com rendimentos do trabalho – dentro de certos parâmetros, naturalmente – para evitar algo que é iníquo e que acontece hoje: algumas pessoas preferem ficar no desemprego a receber prestações de desemprego do que trabalhar porque se trabalharem perdem rendimento".

"O contorno da medida tem de ser estudado", disse, depois, aos jornalistas. "Não é a redução das prestações sociais que está aqui em questão. É a possibilidade de acumular as prestações sociais – dentro de certos parâmetros – com rendimentos do trabalho. Como sabem hoje quando o desempregado começa a trabalhar perde o subsídio de desemprego."

Considerando que o Estado não deve deixar "que se torne mais vantajoso permanecer desempregado do que trabalhar, porque o rendimento se perde", a ministra especificou que a alteração "vai envolver uma mexida na legislação do subsídio de desemprego".

Esta quarta-feira, à saída da concertação social, a Confederação do Comércio e Serviços (CCP) defendeu a revisão do conceito de emprego conveniente, ou seja, dos empregos que os desempregados são obrigados a aceitar. João Vieira Lopes quer "critérios mais eficazes em termos do que se considera o emprego conveniente e que permite a recusa sistemática [de emprego] dos envolvidos".

Alterações à lei laboral em cima da mesa

A proposta da CCP surgiu em resposta a uma pergunta sobre as prioridades dos parceiros sociais para a revisão do acordo de rendimentos, que segundo o Governo pode envolver matérias laborais.

A reintrodução do banco de horas individual, a revisão do sistema automático de baixas de curta duração foram outras das propostas defendidas pela CCP. A CTP quer alterar os contratos intermitentes e a CIP remeteu as suas propostas para mais tarde.

A UGT insistiu antes no aumento do salário mínimo além dos 855 euros previstos para janeiro. O Governo não fechou a porta à discussão, mas considerou "prematuro" tomar posição. ■

José Sena Goulão/Lusa

Governo não exclui alterações à lei laboral e ao salário mínimo de 2025

ASSESSORES JURÍDICOS

Regulamentação do lóbi defendida como forma de ganhar transparência

Porque o lóbi existe, com ou sem regulamentação, o melhor é dar-lhe a forma de lei, pois irá ganhar-se transparência e separar o lícito do ilícito, defendem os advogados ouvidos pelo Negócios.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Com argumentos a favor e contra, desde há muito que a questão da regulamentação do lóbi está sobre a mesa. Faz agora parte de mais um pacote de medidas anticorrupção e deverá mesmo avançar, assim admitem os advogados inquiridos pelo Negócios. Porque o lóbi existe, com ou sem estar regulamentado, o melhor é mesmo dar-lhe a forma de lei, pois só assim se ganhará transparência e se separará o lícito do ilícito, defendem os nossos interlocutores.

Tal como recorda o advogado Pedro Lomba, sócio de TMT da PLMJ, "já foram feitas várias tentativas de legalização do lóbi ou da atividade de representação de interesses legítimos". Em sua opinião, "hoje é mais claro do que nunca que, havendo a institucionalização do lóbi, há ganhos enormes e evidentes na transparência". Neste sentido, aponta como exemplos os casos de países como "Espanha, Alemanha e Irlanda" para podermos ver que "há amplo consenso sobre o assunto".

A questão que se coloca é como é que essa legalização pode e deve acontecer? Para Pedro Lomba, "olhando para as boas práticas de países que estão mais avançados no tema e uma delas é a necessidade de criação de um registo de transparência obrigatório e de um código de conduta para os representantes de interesses legítimos".

Paralelamente, "há aqui também alguma ponderação e calibração a fazer na regulamentação, na medida em que não queremos que a Lei seja de tal maneira complexa na aplicação que resulte em mais um travão ou obstáculo à desejável e necessária celeridade dos demais processos", frisa o sócio da PLMJ.

Miguel A.Lopes/Lusa

Ministra da Justiça, Rita Júdice, integrou a regulamentação do lóbi no conjunto de propostas do pacote anticorrupção

Inês Almeida Costa, especialista em direito penal e associada coordenadora da sociedade de advogados MFA, considera que "ainda há muita discussão a travar acerca deste tema. Sobretudo quanto à regulamentação". Contudo, diz ter a convicção de que "não só faz sentido legalizar o lóbi, como isso é desejável".

Já foram feitas várias tentativas de legalização do lóbi ou da atividade de representação de interesses legítimos.

A mesma advogada adianta que "o lóbi existe, haja ou não regulamentação". Por isso, é preferível que tal aconteça "de forma regulada e transparente", pois "só assim se conseguirá traçar ao certo as fronteiras entre o lícito e o ilícito, entre o permitido e o proibido". Na sua opinião, "a regulação do lóbi poderá fomentar a igualdade de oportunidades" e permite "que a participação na formação da opinião pública ou política não esteja circunscrita às pessoas ou empresas bem 'posicionadas' em termos de relacionamentos pessoais e ou profissionais. O espetro alarga-se a outros possíveis participantes. Desta forma, a regulação do lóbi estimula a participação democrática".

Tal como enfatiza o penalista Carlos Pinto de Abreu, "tem sido pouco clara e até fluida e equívoca a interpretação do crime de tráfico de influências e a consequente aplicação a casos concretos". Na perspetiva desta advogado, "algumas vezes se confundem atos perfeitamente lícitos de consultoria ou de defesa e de patrocínio de interesses, com ilícitos criminais".

Ordem dos Advogados aberta a participar na regulamentação

Para Pinto de Abreu, "a vantagem da regulamentação da atividade de lóbi era tornar clara a sua licitude e a normalidade de condutas tipificadas". Há, porém, "pelo menos, um óbice", aponta, que "é o de se entender existir a partir daí uma espécie de inversão do ónus da prova".

Até por isso, o advogado defende que "talvez fosse mais útil o legislador trabalhar melhor e delimitar adequadamente os tipos de ilícito criminal". Isto, sublinha o mesmo advogado, acautelando que "não se pactua minimamente com caldeirões em que cabe tudo e normas quase em branco".

Na perspetiva de Cláudia Amorim, sócia da Sérvulo, "a definição do que é verdadeiramente lóbi e a sua regulamentação permitirá separar 'o trigo do joio'". Tal como adianta, "há uma ideia errada que se generalizou, e que que acabou por ser, de certa forma, veiculada também pelo Ministério Público, de que todo o tipo de influência que se interligue com o poder público é passível de constituir crime. Este normativo poderá servir para traçar a linha de fronteira".

No entanto, adianta esta advogada, "é muito importante acautelar que uma eventual 'lei do lóbi' não servirá para automaticamente criminalizar todos os comportamentos que escapem a este conceito". Por isso, sublinha "é preciso continuar a ter um rigor absoluto na tipificação dos crimes de corrupção, tráfico de influências, e infrações conexas, para que o Direito Penal continue efetivamente a ser a ultima ratio do Estado de Direito Democrático". ■

A Ordem dos Advogados (OA) quer ter uma participação ativa no processo de regulamentação do lóbi em Portugal. O propósito foi reforçado num comunicado recente do Conselho Geral, presidido pela bastonária Fernanda de Almeida Pinheiro, na sequência dos casos mediáticos que nos últimos meses envolveram o sistema judiciário e alguns atores políticos, que culminaram, na última semana, com uma muita falada violação de segredo de Justiça.

"A Ordem dos Advogados será um poderoso parceiro do legislador uma vez que a implementação de um regime de regulamentação do lóbi em Portugal apresenta diversos desafios", é sublinhado no referido comunicado, que tem por base um excerto do documento entregue aos grupos parlamentares, na sequência do 1.º Fórum da Advocacia Portuguesa, realizado em fevereiro deste ano, assim como à ministra da Justiça, Rita Júdice, aquando da primeira reunião com a OA.

No documento em causa, é evidenciado que a atividade de lóbi envolve uma série de nuances legais, como transparência, conflitos de interesse e responsabilidades profissionais, pelo que "criar regras claras e abrangentes que abordem essas questões é um desafio complexo". Neste sentido, é sublinhado que "o legislador tem necessidade de encontrar um equilíbrio delicado entre os interesses das empresas e da sociedade em geral".

Por outro lado, garantir que os lobistas cumprem as regras requer um sistema eficaz de fiscalização. A este nível, os atuais dirigentes da Ordem dizem que a instituição "conseguirá monitorizar as atividades dos advogados e aplicar sanções a nível deontológico e disciplinar e pode ser parceiro na gestão da aplicabilidade da lei de uma forma geral".

Enquanto parceiro de gestão, a Ordem defende, de resto, que pode intervir através do seu Conselho Superior e dos seus conselhos de deontologia, bem como lhe será possível "fornecer orientações claras sobre como os advogados se devem envolver em atividades de lóbi de maneira ética e legal".

Porque a regulamentação do lóbi "não é responsabilidade exclusiva do legislador", no documento em análise frisa-se que "terá de haver colaboração com outras instituições, como a Ordem dos Advogados, o que se mostra essencial para criar um ambiente regulatório eficaz". ■

A vantagem da regulamentação da atividade de lóbi era tornar clara a sua licitude e a normalidade de condutas tipificadas.

CARLOS PINTO DE ABREU
Sócio fundador da Carlos Pinto de Abreu e Associados

Só assim se conseguirá traçar ao certo as fronteiras entre o lícito e o ilícito, entre o permitido e o proibido.

INÊS ALMEIDA COSTA
Associada coordenadora da sociedade de advogados MFA

Hoje é mais claro do que nunca que, havendo a institucionalização do lóbi, há ganhos enormes e evidentes na transparência.

PEDRO LOMBA
Sócio de TMT da sociedade PLMJ

A definição do que é verdadeiramente lóbi e a sua regulamentação permitirá separar 'o trigo do joio'.

CLÁUDIA AMORIM
Sócia da Sérvulo e Associados, especialista em direito penal

OPINIÃO

NUNO PENA
Sócio da CMS Portugal

Os quatro pilares anticorrupção

A palavra "pilar" é forte. Não deve ser banalizada. Convoca a ideia de força, estabilidade, sabedoria, verdade... até mesmo títulos de obras monumentais como é o caso de "Os Sete Pilares da Sabedoria". Talvez por isso, ouvindo falar em "Quatro Pilares Anti Corrupção", me tenha entusiasmado um pouco. Tratava-se, afinal, de (mais) um gráfico 'powerpointico'; quatro ideias dispostas em círculo, sem princípio nem fim. Uma metáfora bem conseguida do que tem sido, e continua a ser, o combate à corrupção entre nós.

"Prevenção", "punição efetiva", "celeridade processual" e "proteção do setor público", quanto muito, serão linhas de ação. Não necessariamente erradas, mas insuficientes e incompletas. Deixo apenas nota de algumas perplexidades e uma ou outra ideia sem qualquer pretensão.

Fala-se, por exemplo, em criar um "novo mecanismo de perda alargada de bens a favor do Estado", em "combate ao enriquecimento ilícito", e em "reverter para o Estado bens e proventos da corrupção". Uma barafunda. Por um lado, porque já existe essa possibilidade de reversão, não se vendo onde se pretende inovar. Por outro lado, porque não se percebe de que crime se fala. Corrupção ou enriquecimento ilícito? Vai-se criar novamente o crime de enriquecimento ilícito, encapotado, inconstitucional e sem garantias de defesa? É verdade que "dar sentido à ambiguidade" na vida é um dos "pilares da sabedoria". Devemos atribuir significados lógicos à incerteza. Não é o caso aqui.

Fala-se também em equiparar as coimas previstas no Regime Geral de Prevenção da Corrupção ao da legislação de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, elevando-se o valor destas no caso de incumprimento das regras de Prevenção da Corrupção. Puro populismo. É que o problema não tem sido o incumprimento dos particulares que, com mais ou menos atrasos, têm cumprido. A verdade é que o MENAC não dispõe sequer de plataforma informática onde arquivar e avaliar os manuais de compliance entregues pelas empresas... O problema é de meios; não de coimas. Anuncia-se, nesta agenda, o reforço de meios do MENAC quando, em verdade, do que se trata é de atribuição de meios tout court.

O tempo, sim, é o verdadeiro pilar da sabedoria. O único que nos deve preocupar. Porém, quanto a "celeridade processual", apenas encontrei o argumento estafado dos expedientes manifestamente dilatórios, da simplificação da fase instrução, e da limitação do direito ao recurso em caso de intenção manifestamente dilatória. Uma falácia. A verdade é que não há motivo para limitar garantias de defesa relativamente ao crime de corrupção – que pode ser complexo – e não o fazer quanto a outros crimes igualmente complexos. Não é verdade que os juízes não tenham meios de evitar delongas estéreis na instrução. Os casos prescrevem, sobretudo, pela delonga na investigação e pelo encantamento do MP com mega processos. Não pela criatividade dos advogados.

Paulo Calado

Se são bem-vindas medidas de tramitação eletrónica na fase de inquérito e reforços na capacidade de obtenção de prova, tenho reservas quanto à colaboração premiada. Não é fácil o convívio entre a justiça pura e a eficiência. Mas faz sentido estudar o tema.

Melhorar a investigação é fulcral. Melhores contratações, mais formação e capacitação dos Tribunais. Tudo isso é acertado. Há até privados a oferecer serviços de recolha de prova com recurso às melhores tecnologias. Se há empresas que recorrem a eles nas suas investigações internas, porque não pode o Estado, salvaguardadas as devidas garantias de imparcialidade e defesa fazê-lo? A tecnologia reduz a meras horas a análise de milhares de documentos que, de outro modo, tomaria meses aos investigadores.

Aposte-se também na colaboração efetiva dos particulares com o MP nas investigações. É importante garantir ao Assistente mais poderes de intervenção no processo e no carreamento e produção da prova. A lei prevê essa colaboração, mas a mesma tem sido sistematicamente negada.

Ora, a verdade é que, não raramente, em processos de corrupção, são as próprias empresas as principais interessadas em salvaguardar a sua posição, bem como a dos seus acionistas, empenhando-se em investigar os factos e denunciar os eventuais corruptores, que podem até fazer parte dos seus quadros. Normalmente fazem-no com recurso às melhores tecnologias e assessoradas pelos melhores profissionais. Não é razoável não aproveitar tal esforço. O mesmo se diga de uma empresa prejudicada pelo crime de corrupção no âmbito de um concurso. Não tem ela interesse em investigar e colaborar?

Também o 'private enforcement' pode ser usado como meio dissuasor da corrupção. Já é tempo deste tipo (e outros) de crime poder dar lugar a ações responsabilidade civil extracontratual à semelhança do que sucede com as infrações ao direito da concorrência. Os prejuízos do crime são significativos para entes públicos e privados. Porque não responsabilizar monetariamente os infratores e compensar os prejudicados?. ■

negocios
negocios.pt
iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.o 5269, de 27 de junho de 2024, e não pode ser vendido separadamente.

Fórum transição energética e mobilidade em Portugal

- Alterações geopolíticas do mundo pós-carbono
- Transformação da mobilidade no mundo real
- Que caminho para a mobilidade sustentável

"Estamos a assistir a uma transformação da globalização, mas o seu elemento central, determinante da própria globalização, mantém-se, é a interdependência."
Lívia Franco

"Já não são apenas as razões da sustentabilidade que guiam a escolha de um veículo elétrico, os temas económicos estão presentes na avaliação desta opção."
Miguel Cardoso Pinto

Ricardo Jr.

"A transição energética é um motor de transformação"

O Governo assinou o compromisso de acelerar a execução dos projetos de energias renováveis racionais e competitivos. Aposta numa matriz energética diversa, a produção descentralizada e o autoconsumo, pondo o cidadão no centro da transição energética.

FILIPE S. FERNANDES

Ricardo Jr.

Maria João Pereira, secretária de Estado da Energia na intervenção que fez no Electric Summit.

"O Governo está a trabalhar em políticas públicas visando a diminuição gradual da dependência de combustíveis fósseis, a aceleração das renováveis e o aumento da eficiência energética, assegurando sempre um processo de transição justo", afirmou Maria João Pereira, secretária de Estado da Energia, na sessão de abertura da 3.ª edição do Electric Summit, o Fórum Transição Energética e Mobilidade em Portugal 2024, que é uma iniciativa do Negócios, da Sábado e da CMTV, em parceria com a Galp, a REN e a Siemens, tendo Oeiras Valley como município anfitrião e a EY como knowledge partner.

Para encurtar os tempos, tornar procedimentos mais eficientes e permitir que os cidadãos e os promotores se concentrem, sobretudo, na implementação dos seus projetos e na burocracia, foi criada, em março de 2023, a Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030). Esta abriu, em fins de maio de 2023, uma consulta "pública para reunir contribuições e ideias com o objetivo de superar os obstáculos que vão sendo sentidos pelos vários intervenientes", disse a secretária de Estado da Energia.

Considerou que "a transição energética, mais do que um objetivo, é um motor de transformação que abrange diversas componentes como a social, a económica e a tecnológica". Adiantou ainda o compromisso de "criar condições para que os projetos no domínio das energias renováveis possam ter uma concretização célere e efetiva, mas sempre garantindo a racionalidade e a competitividade económica. Apostamos numa matriz energética diversa, incentivamos a produção descentralizada e o autoconsumo, pondo o cidadão no centro da transição energética".

No final do mês de maio foi lançado um leilão de gases renováveis para estimular projetos nas áreas de hidrogénio verde e biometano, em que está previsto o apoio anual de 14 milhões durante um período de 10 anos, através do Fundo Ambiental. Maria João Pereira anunciou ainda que, em breve, será lançado um novo aviso para a instalação de capacidade de armazenamento de pelo menos 500 megawatts com uma dotação orçamental de 100 milhões de euros, ainda no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

"O propósito deste aviso é acelerar o investimento na capacidade de nacional de armazenamento, nomeadamente através de baterias de centros produtores de energias renováveis, mas gostaríamos que no futuro fosse considerado o armazenamento autónomo", referiu Maria João Pereira.

Atrasos nas diretivas

A secretária de Estado da Energia referiu que "a transição para as energias verdes e sustentáveis tem de ser acompanhada por um investimento muito significativo nas redes de transporte e distribuição dotando-as tecnologicamente, para permitir a eletrificação da sociedade e da indústria e continuar a assegurar a qualidade do abastecimento de energia e a segurança da sua operação".

Chamou a atenção para o atraso do Programa de Desenvolvimento e Investimento na Rede de Transporte de Eletricidade (PDIRT-E), que devia ter sido preparado em 2023 para estar agora em fase final de aprovação. Por isso, "vamos proceder à aprovação extraordinária de investimentos na rede para que os projetos previstos não sofram atrasos que levem à descredibilização do país e a inviabilização dos próprios projetos enquanto avança a preparação do PDIRT-E", disse Maria João Pereira.

Maria João Pereira afirmou que foi criado um grupo de trabalho para a transposição da RED3, diretiva que promove a energia através de fontes renováveis, que entrou em vigor em 20 de novembro de 2023. Esta diretiva reforça o compromisso dos Estados-membros para aumentar a quota do consumo final bruto de energia de fontes renováveis de 32% para 42,5%

Apostamos numa matriz energética diversa, incentivamos a produção descentralizada e o autoconsumo, pondo o cidadão no centro da transição energética.

A transição para as energias verdes e sustentáveis tem de ser acompanhada por um investimento muito significativo nas redes de transporte e distribuição dotando-as tecnologicamente, para permitir a eletrificação da sociedade e da indústria.

MARIA JOÃO PEREIRA
Secretária de Estado da Energia

até 2030. Determinadas disposições devem ser transpostas para o ordenamento jurídico nacional até 1 de julho de 2024, enquanto as disposições remanescentes devem estar concluídas até maio de 2025. A secretária de Estado da Energia assinalou também que decorre ainda a transposição da diretiva de 2024-1275 do Parlamento Europeu de 24 de abril de 2024, relativa ao desempenho energético dos edifícios. Esta diretiva tem como objetivo a descarbonização do parque imobiliário até 2050. A diretiva do desempenho energético dos edifícios contribui diretamente para os objetivos energéticos e climáticos e de combate à pobreza energética. ■

As transições energética e geopolítica e a slowbalization

Lívia Franco sublinhou que o mundo está em transição para o pós-carbono, e numa transição geopolítica, em que, além de uma reconfiguração da globalização, se dá a slowbalization, uma desaceleração da globalização.

"Há um aspeto que torna as energias renováveis superiores aos combustíveis fósseis, do ponto de vista geopolítico. As energias renováveis exploram fluxos de energia abundantes e acessíveis como a energia solar, a energia eólica, a energia hídrica, a energia geotérmica, etc., que não podem ser nunca inteiramente capturados para fins geopolíticos", afirmou Lívia Franco, professora associada e investigadora principal no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, na sua comunicação, "As alterações Geopolíticas do mundo pós-carbono", durante a 3.ª edição do Electric Summit, o Fórum Transição Energética e Mobilidade em Portugal 2024. Citou Jimmy Carter, antigo Presidente dos Estados Unidos, que, na década de 1970, na ressaca do choque petrolífero, disse "ninguém pode embargar o Sol ou interromper-nos o seu fornecimento".

Lívia Franco sublinhou que o mundo está em transição para o pós-carbono, numa passagem entre dois sistemas, um ainda muito assente nos combustíveis fósseis e um sistema que procura mais recursos de energia limpa ou renováveis. Mas também está numa transição geopolítica, com a ordem liberal internacional, que regeu a vida do mundo nos últimos 80 anos, desde a II Guerra Mundial, e que, no final da Guerra Fria em 1989, espoletou a globalização, "está ser fortemente questionada". É o curso de uma transição sistémica de poder, com a emergência de um mundo bipolar, caracterizado pelas dinâmicas de competição entre os EUA e a China, a que somam potências regionais do Sul global. Mas também se está a dar uma reconfiguração da globalização, e, hoje, já se fala "em slowbalization, uma desaceleração da globalização", disse Lívia Franco. Esta nova realidade manifesta-se em maiores barreiras ao comércio global, o reforço do unilateralismo, que afeta o poder das instituições globais enfraquecidas nas suas respostas. "Estamos a assistir a uma transformação da globalização, mas o seu elemento central, determinante da própria globalização, mantém-se, é a interdependência", referiu Lívia Franco..

A professora e investigadora Lívia Franco abordou as alterações geopolíticas do mundo pós-carbono.

A interdependência fomenta uma maior cooperação, respostas comuns para problemas comuns, no entanto, a realidade internacional também mostra que a interdependência pode ser recinto e arma de uma competição num contexto global.

LÍVIA FRANCO
Professora Associada e Investigadora Principal no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

Europa e a Guerra Fria

É uma variação da Guerra Fria, diferente da clássica que se viveu entre 1947 e 1991, sobretudo, por causa da globalização. Se a clássica assentava num jogo de competição entre dois sistemas, o soviético e o ocidental, hoje a globalização não tem periferias. A competição é entre os EUA e a China, e que de certo modo capturou a globalização, mas conta ainda com protagonismo de grandes potências regionais como a Rússia, que, apesar de estar numa rota de declínio, quer ser ainda um grande ator, a razão direta pela qual começou a guerra na Ucrânia, mas também do Irão, da Índia, da Indonésia, da África do Sul, do Brasil, "adversários de uma ordem liberal e ocidental".

A Europa considerava que com a integração europeia entrava "num período histórico pós-poder, em que a geopolítica, o poder da força, já não era determinante. Tinha encontrado a receita para viver num mundo de paz e de cooperação," mas tornou-se palco deste confronto bipolar, porque a Europa já não é um grande poder, referiu Lívia Franco.

Na sua opinião, o olhar sobre a segurança energética tradicional, que marcou o século XX, é um olhar muitíssimo simplificado e unidimensional. Baseou-se, sobretudo, no controlo das fontes energéticas, sobretudo de energia fóssil, até que, com o choque petrolífero na década de 1970, começou a haver uma maior flexibilidade para encontrar fontes de fornecimento alternativas. Mas esta evolução não é suficiente. "É necessário introduzir uma maior complexidade na forma como se pensa a energia e a segurança energética." ■

Sem redes elétricas não há mobilidade nem descarbonização

Para fazer a eletrificação e a descarbonização da sociedade é necessário assegurar que as infraestruturas energéticas existem e são planeadas de uma forma sustentável e atempada.

FILIPE S. FERNANDES

"Sem redes não temos a transformação digital e a energética, não temos uma transformação quer na mobilidade elétrica quer nos sistemas eletrointensivos, de que a Galp é um dos exemplos, visto que para efeitos da sua descarbonização precisa de bastante energia elétrica e com potências elevadas, e, sobretudo, renovável", afirmou João Afonso, diretor de planeamento da REN no debate "Transformação da Mobilidade no mundo real" que decorreu na 3ª edição do Electric Summit, o Fórum Transição Energética e Mobilidade em Portugal 2024, que é uma iniciativa do Negócios, da Sábado e da CMTV, em parceria com a Galp, a REN e a Siemens, tendo Oeiras Valley como município anfitrião e a EY como knowledge partner. Estas transformações requerem uma infraestrutura energética, nomeadamente, uma infraestrutura elétrica, "um aspeto fundamental e central em toda a discussão sobre a transição energética na mobilidade elétrica".

Na base destes novos modelos de mobilidade e de transição energética estão as infraestruturas de eletricidade e de gás que são geridas pela REN. "Para podermos fazer a eletrificação e a descarbonização da sociedade, o que também inclui os gases renováveis, é necessário assegurar que as infraestruturas, que estão de permeio entre estas atividades, existem e são planeadas de uma forma sustentável e atempada", alertou João Afonso. Acrescentou ainda que é a rede elétrica que permite a integração das energias renováveis e esta pode ser colocada nos pontos onde é necessária, no caso da mobilidade elétrica, nos carregadores.

"A eletrificação vai ter um papel preponderante na evolução da economia e da sociedade, mas não nos podemos esquecer de que há outras tecnologias que vão emergir como os biocombustíveis, os combustíveis sintéticos, os gases renováveis", afirmou Fernando Silva, presidente executivo da Siemens Portugal. Para Fernando Silva, a eletrificação não se limitará à mobilidade rodoviária, com os automóveis ligeiros, autocarros, camiões, mas abarcará as mobilidades como a marítima-portuária ou aérea, a rede de drones militares e comerciais.

A mobilidade nas cidades

"A mobilidade elétrica é crucial para o futuro, mas este também será feito por uma combinação de energias", concordou João Diogo Silva, administrador da Comissão Executiva da Galp, sublinhando que 50% dos mil milhões de euros, que a empresa investe anualmente, é para soluções de redução da pegada carbónica ou para a produção de energia com base renovável.

João Diogo Silva sublinhou ainda que, "numa transição energética, temos de saber olhar para as diversas cadeias de valor que vão proporcionar esta transição". Por isso, referiu os investimentos, em Sines, no Sustainable Aviation Fuel (SAF) ou combustível sustentável para a aviação, "que vai ser uma solução alternativa para as grandes companhias de aviação mundiais com as quais trabalhamos" ou, ainda, o investimento de 650 milhões de euros para produção de hidrogénio verde, que depois vai alimentar a produção de biocombustíveis.

João Pinto, dean da Católica Porto Business School, centrou-se na visão da mobilidade, que, ao nível das cidades será alicerçada, sobretudo, no transporte público, na mobilidade ligeira e em que a mobilidade como um serviço será fundamental. "Esta passará por plataformas integradoras de várias soluções em que o utilizador, de uma forma mais simples, possa ter acesso a várias soluções, e, no limite, mais sustentáveis".

Referiu ainda que alguns estudos prospetivos recentes apresentam, como tendências, "o crescimento contínuo da micromobilidade, o progresso constante da eletrificação dos veículos, a disponibilidade das novas gerações trocarem o veículo individual por soluções mais ecológicas como o transporte público, a mobilidade suave, o carsharing, carpooling, e, a médio e longo prazo, o investimento contínuo em veículos autónomos".

João Pinto salientou ainda que é importante que as empresas e os consumidores tenham várias alternativas disponíveis, porque só dessa forma, e numa lógica de diversificação de risco, "é possível com soluções de combustíveis de baixa emissão, eletricidade e hi-

Susana Marvão, João Pinto, João Diogo Silva, João Afonso, e Fernando Silva no

"Sabemos claramente qual é a direção. Nesta altura somos líderes na rede de carregamento público com cerca de 5.000 carregadores em rede pública, sabemos que esta representa cerca de 15% dos carregamentos, a maioria, 85%, é feita em rede privada. Mas a rede pública é uma segurança para a viagem.

JOÃO DIOGO SILVA
Administrador da Comissão Executiva da Galp

"Os procedimentos de licenciamento, desde a fase de estudos de impacto ambiental até à avaliação de impacto ambiental, são processos longos, muito participados, discutidos e até controversos, mas são o ponto-chave para a criação das infraestruturas necessárias para o país, em particular, para a mobilidade elétrica.

JOÃO AFONSO
Diretor de Planeamento da REN

Ricardo Jr.

debate "Transformação da Mobilidade no mundo real".

Terão de ser instalados na Europa, até 2030, 3,5 milhões de pontos de carregamento de carros elétricos.

É necessário promover o roaming para o carregamento de veículos elétricos na União Europeia.

A eletrificação vai ter um papel preponderante na evolução da economia e da sociedade, mas não nos podemos esquecer de que há outras tecnologias que vão emergir como os biocombustíveis, os combustíveis sintéticos, os gases renováveis.

FERNANDO SILVA
Presidente Executivo da Siemens Portugal

A mobilidade elétrica resolve problemas associados à mobilidade tradicional, porque gera benefícios sociais e ambientais, como a redução de gases com efeito de estufa, ou menor ruído.

JOÃO PINTO
Dean da Católica Porto Business School

drogénio. Esta combinação de soluções é o que permite mitigar o risco de termos oscilações fortes nos mercados internacionais de petróleo, de modo que isso não afete tanto a nossa economia, o que é muito relevante também do ponto de vista económico".

O papel estratégico dos carregadores

"A mobilidade elétrica resolve problemas associados à mobilidade tradicional, porque gera benefícios sociais e ambientais, como a redução de gases com efeito de estufa, ou menor ruído", disse João Pinto, dean da Católica Porto Business School, que salientou que, normalmente, a solução que se massifica, no longo prazo, será sempre aquela que tem mais benefícios económicos, o que explica "muito do sucesso da mobilidade elétrica, porque tem benefícios económicos", afirmou João Pinto.

De facto, apesar do abrandamento da taxa de crescimento das vendas, "a quantidade de veículos elétricos vendidos no primeiro trimestre deste ano equivale à totalidade dos veículos vendidos elétricos em 2020", considerou João Diogo da Silva, administrador da Comissão Executiva da Galp. "Na Galp sabemos claramente qual é a direção. Nesta altura somos líderes na rede de carregamento público com cerca de 5.000 carregadores em rede pública, sabemos que esta representa cerca de 15% dos carregamentos, a maioria, 85%, é feita em rede privada. Mas a rede pública é uma segurança para a viagem", acrescentou o administrador da Galp.

Na perspetiva do consumidor, há desafios que precisam de ser superados, como a autonomia das baterias, infraestruturas de carregamento, sobretudo a sua capilaridade e a sua capacidade. Neste aspeto há evoluções tecnológicas, como a solução patenteada pela REN, a Speed-E, um carregador ultrarrápido que faz o carregamento elétrico a partir da rede de transporte de alta tensão, e abastece 20 ou 30 carregadores no mesmo sítio.

Projeções de carregadores na Europa

De acordo com as projeções da Comissão Europeia, terão de ser instalados na Europa, até 2030, 3,5 milhões de pontos de carregamento, dos quais cerca de 15% serão pontos de carregamento rápidos, o que daria uma média de instalação de dez mil carregadores por semana. A Associação Europeia de Fabricantes de Automóveis admite a necessidade da instalação de 8,8 milhões, que seriam 20 mil carregadores por semana.

Estes números levam Fernando Silva, presidente executivo da Siemens Portugal, a concluir que "estamos a falar de desafios na cadeia de fornecimento, de mão de obra especializada, para fazer esta transição, que de facto tem de ser acelerada". Para Fernando Silva, "ou decidimos hoje acelerar, ou não atingimos o objetivo. Esta perceção de urgência tem de existir, e de uma forma integrada com fornecedores, tecnólogos, operadores de redes elétricas".

João Diogo da Silva elogiou o sistema Mobi-E, "que funciona e permite que os clientes possam transitar em Portugal, porque infelizmente para além da fronteira não há tanta facilidade", por isso, foi referida a necessidade de roaming para o carregamento de veículos elétricos na União Europeia.

"Os licenciamentos das infraestruturas elétricas demoram bastante tempo. Os procedimentos de licenciamento, desde a fase de estudos de impacto ambiental até à avaliação de impacto ambiental, são processos longos, muito participados, discutidos e até controversos, mas são o ponto-chave para a criação das infraestruturas necessárias para o país, em particular, para a mobilidade elétrica", disse João Afonso, acrescentando que "a maior parte do tempo que nós consumimos tem que ver com procedimentos de avaliação de impacto ambiental". Como comentou Fernando Silva, "por trás de um carregador, está a rede elétrica".

"Para acelerar a transição, a revisão da velocidade de execução de um licenciamento é incontornável", referiu João Diogo da Silva, justificando de seguida essa posição. "Precisamos de 18 meses para licenciar um carregador. Temos casos de carregadores que envelheceram antes de serem inaugurados, e não somos o pior caso na Europa porque no nosso vizinho podem levar o dobro do tempo para conseguir ligar um carregador." ■

A disrupção nasce dos modelos de negócio

As tecnologias não são disruptivas, são os modelos de negócio, porque serão as empresas a resolverem as necessidades manifestadas e as não manifestadas dos clientes com as tecnologias disponíveis.

FILIPE S. FERNANDES

O grande desafio neste ecossistema da mobilidade está em criar um ponto de vista próprio sobre o futuro, salientou Miguel Cardoso Pinto, Advanced Manufacturing and Mobility Leader e partner da EY, na 3.ª edição da Electric Summit, o Fórum Transição Energética e Mobilidade em Portugal 2024, que é uma iniciativa do Negócios, da Sábado e da CMTV, em parceria com a Galp, a REN e a Siemens, tendo Oeiras Valley como município anfitrião e a EY como knowledge partner.

Acrescentou ainda que "o futuro da mobilidade será transformado por quem conseguir adaptar a tecnologia através de novos modelos de negócio, novas propostas de valor, não por quem conseguir inventar uma nova tecnologia", porque "não são as tecnologias que são disruptivas, são os modelos de negócio". Miguel Cardoso Pinto deu o exemplo da trotinete elétrica que existe há mais de cem anos, que "saiu à frente do seu tempo e, de facto, o problema não estava na tecnologia, muitas vezes o problema está na inovação de modelo de negócio".

Miguel Cardoso Pinto não tem bola de cristal, mas, na sua opinião, quem vai gerar e capturar o maior valor deste futuro serão as organizações "que consigam olhar para fora, descodificar quais é que são as principais tendências sociais, económicas, regulatórias, tecnológicas, compreender as necessidades maiores dos clientes tanto as articuladas, as que nos conseguem dizer, como as necessidades não articuladas dos clientes, para entender exatamente o que é que eles irão precisar no futuro e como é que nós podemos criar uma proposta de valor".

As escolhas do consumidor

Com base num estudo da EY Mobility Consumer Index 2023 e que é feito desde 2020 com base em entrevistas com 15 mil pessoas em diferentes geografias, Miguel Cardoso Pinto fez um retrato da visão consumidores sobre a mobilidade elétrica. Uma das principais é que, em 2020, 30% das pessoas diziam que, na próxima aquisição de um veículo, este seria elétrico. Em 2023 subiu para 55%, o que representa uma grande ascensão.

Em 2021, a compra dos veículos elétricos era justificada, sobretudo, pelas preocupações ambientais. Dois anos depois, o aumento do preço dos combustíveis passou a ser a principal razão para a escolha do veículo elétrico mantendo-se as preocupações ambientais e as multas sobre os veículos tradicionais. "Já não são apenas as razões da sustentabilidade que guiam a escolha de um veículo elétrico, os temas económicos estão presentes na avaliação desta opção", reforça Miguel Cardoso Pinto. Mais de 70% dos potenciais consumidores estão dispostos a pagar até mais 30% por um carro elétrico do que um automóvel de combustão.

"A decisão para a escolha já não é apenas o carro, é a proposta de valor à volta do automóvel, sendo os carregamentos um fator importante, tal como a oferta de soluções de carregamento rápido", alertou Miguel Cardoso Pinto.

Em 2021 cerca de 50% das pessoas diziam que não escolhiam os veículos elétricos porque tinham um preço inicial elevado. Hoje o primeiro problema referido pelos consumidores é a falta de postos de carregamento. Miguel Cardoso Pinto assinalou ainda a ansiedade e a segurança com o carregamento em casa, o aumento do custo da energia, a dificuldade de encontrar lugares de carregamento públicos, o tempo de espera.

Mas salientou que o ecossistema tenta responder a estes desafios. Deu como exemplo o Nio. É um fabricante chinês de carros elétricos cujo modelo de negócio passa pela substituição da bateria em vez de carregamento. "Têm postos de substituição de bateria, portanto, não há perdas de tempo nos carregamentos. Já tem mais de duas mil estações na China e já está presente na Alemanha, Noruega, Países Baixos, por exemplo", disse Miguel Cardoso Pinto. Ilustrou ainda a sua comunicação com o exemplo da Nissan Reborn Light, com o reaproveitamento das baterias dos veículos do Nissan Leaf, reutilizadas na iluminação pública. Há um ciclo completo da vida da bateria do automóvel. ■

Ricardo Jr.

Miguel Cardoso Pinto, Advanced Manufacturing and Mobility Leader, partner da EY, fez um retrato da visão consumidores sobre a mobilidade elétrica.

O futuro da mobilidade será transformado por quem conseguir adaptar a tecnologia através de novos modelos de negócio, novas propostas de valor, não por quem conseguir inventar uma nova tecnologia.

MIGUEL CARDOSO PINTO
Advanced Manufacturing and Mobility Leader e Partner da EY

As plataformas das smart cities ou das tech cities

A estratégia passa por plataformas inteligentes que são autênticos cérebros da cidade, que recolhem e tratam informação através de tecnologias como a inteligência artificial e o machine learning.

"Usar a inteligência artificial, como, por exemplo, o ChatGPT, para fazer discursos ou escrever sobre uma matéria é simpaticamente proibido na Câmara Municipal de Aveiro, por isso, as apresentações têm de ser feitas de improviso, não pode haver documentos escritos", revelou Ribau Esteves, presidente da Câmara Municipal de Aveiro durante o debate "Smart Cities - Como Otimizar os processos", na 3.ª edição da Electric Summit, o Fórum Transição Energética e Mobilidade em Portugal 2024, que é uma iniciativa do Negócios, da Sábado e da CMTV, em parceria com a Galp, a REN e a Siemens, tendo Oeiras Valley como município anfitrião e a EY como knowledge partner.

Para Filipe Araújo, vice-presidente e vereador do Ambiente e Transição Climática, da Inovação e Transição Digital da Câmara Municipal do Porto, "a inteligência artificial vai estar por todo o lado, e não podemos estar a querer parar o vento com as mãos. A inteligência artificial, o machine learning, estas tecnologias vão obviamente e ajudar muito a gestão."

Os sistemas inteligentes das Câmaras do Porto, Aveiro e Braga já estão impregnados destas tecnologias. No Porto, permitem trabalhar a informação sobre a mobilidade e está a testar um sistema para detetar a poluição das ribeiras. Em Braga, transformaram uma ineficiente central de camionagem num centro coordenador de transportes com plataformas eletrónicas, como as que existem nos aeroportos. Em Aveiro, usam a inteligência artificial e o machine learning na tramitação normal de um vasto conjunto de processos, na gestão das redes de transportes municipal e intermunicipal, por exemplo.

"As cidades gerem desde a água, a energia, os resíduos, a mobilidade, a gestão de eventos, a disponibilização do espaço público, à gestão de fluxo de pessoas", disse Filipe Araújo. Partindo de uma lógica muito transversal e centralizada de gestão da cidade, o Porto passou a ser gerido "através de um grande cérebro", um centro operacional, que funciona 24 horas, e se chama Centro de Gestão Integrada da cidade do Porto.

"É uma sala onde todos os centros de operação estão lá, tais como bombeiros, proteção civil, ambiente, mobilidade, polícia, tudo é gerido a partir daquela sala com acesso a uma multiplicidade de câmaras, de sensores, de muita informação, de uma rede própria de fibra ótica, que depois é gerida e disponibilizada a todos os meios que permitem ser rápidos a resolver os problemas", descreveu Filipe Araújo.

Ricardo Jr.

Carlos Marçalo, Olga Pereira, Filipe Araújo e Ribau Esteves no debate Smart Cities - Como Otimizar os processos.

Techs e smarts

"Não olhamos para a smart city como um fim em si mesmo, serve para otimização de processos e procedimentos. O objetivo final é prestar o melhor serviço possível ao nosso cidadão", sublinhou Olga Pereira, vereadora da Câmara Municipal de Braga. Revelou que, à semelhança do Porto, também têm uma sala de gestão e controlo de tráfego, iluminação pública, dados ambientais. Recolhe, trata e dá uma resposta célere. "Em caso de situação de crise, reúnem-se os intervenientes necessários para dar resposta à situação."

Aveiro também tem uma plataforma urbana que faculta informação online e informação estatística tratada por níveis de competência de gestão, mas "não é uma smart city". "Adotámos o conceito da cidade de Brighton de tech city para não irmos na roda da campanha de uma marca de carros alemã", disse José Ribau Esteves. Garantiu que "as cidades sempre foram inteligentes, abertas à inteligência e ao conhecimento do seu tempo. A única coisa que estamos a fazer atualmente é usar a inteligência e o conhecimento que hoje temos para fazer e gerir melhor os espaços urbanos."

Na sua ambição de tech city, privilegia a educação digital tanto da comunidade educativa como dos restantes munícipes, a mobilidade, a energia e o ambiente, porque dão contributo para as políticas de transição digital e energético-climática. Têm 60% da frota dos transportes públicos eletrificada, investiram quase 10 milhões de euros num ferryboat que faz a ligação em 15 minutos a uma zona peninsular de Aveiro cuja ligação de carro demora uma hora. ■

Não olhamos para a smart city como um fim em si mesmo, serve para otimização de processos e procedimentos. O objetivo final é prestar o melhor serviço possível ao nosso cidadão.

OLGA PEREIRA
Vereadora da Câmara Municipal de Braga

A inteligência artificial vai estar por todo o lado, e não podemos estar a querer parar o vento com as mãos. A inteligência artificial, o machine learning, estas tecnologias vão obviamente e ajudar muito a gestão.

FILIPE ARAÚJO
Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto

As cidades sempre foram inteligentes, abertas à inteligência e ao conhecimento do seu tempo. A única coisa que estamos a fazer atualmente é usar a inteligência e o conhecimento que hoje temos para fazer e gerir melhor os espaços urbanos.

JOSÉ RIBAU ESTEVES
Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

FILIPE S. FERNANDES

"Não há mobilidade sem transportes públicos"

O setor dos transportes rodoviários necessita de mais incentivos financeiros para fazer a transição energética. O transporte rodoviário diz-se excluído de todos os incentivos que estão disponibilizados pelos governos.

FILIPE S. FERNANDES

"Cerca 70% das emissões com gases com efeito de estufa são provenientes dos transportes rodoviários enquanto o transporte marítimo, sendo responsável por 90% das trocas comerciais em todo o mundo, representa apenas 3% das emissões de carbono a nível mundial", referiu Duarte Rodrigues, administrador e CEO do grupo Sousa, no debate "Barreiras à implementação de Mobilidade Sustentável", na 3.ª edição do Electric Summit, o Fórum Transição Energética e Mobilidade em Portugal 2024, que é uma iniciativa do Negócios, da Sábado e da CMTV, em parceria com a Galp, a REN e a Siemens, tendo Oeiras Valley como município anfitrião e a EY como knowledge partner.

Mas isso não impede que o grupo madeirense, a que este mês, adicionou um novo navio à sua frota que era de cinco navios, se esteja a descarbonizar.

Ricardo Jr.

Susana Marvão, Faustino Gomes, Ema Leitão, Eduardo Barata, e Duarte Rodrigues, no debate "Barreiras à implementação de Mobilidade Sustentável".

Para Duarte Rodrigues, em termos de desafios e de barreiras, os transportes marítimos a nível mundial têm um primeiro problema que é definir o combustível do futuro. Já se pensou que fosse o gás natural, mas detetou-se o problema do metano, por sua vez, a Maersk, um dos maiores armadores do mundo, optou pelo metanol, agora está a estudar a amónia, e "fala-se também na questão nuclear". Depois é se haverá produção suficiente para abastecer os navios e os portos terão a oferta do combustível selecionado.

"A nossa perspetiva é que de facto a descarbonização é um imperativo global e qualquer solução tem que passar pela viabilidade e o equilíbrio económicos", disse Ema Leitão presidente da mesa da assembleia-geral da ANTRAM. Sublinhou que "os problemas e as questões, as barreiras à implementação da mobilidade são transversais aos setores".

"Não há mobilidade sustentável sem transporte público, que é a base da mobilidade sustentável, e também não faz sentido falar de mobilidade sustentável sem falarmos de transição energética, que funcionam de forma conjunta", defende Faustino Gomes, presidente do Conselho de Administração dos Transportes Metropolitanos de Lisboa.

Esta empresa com três anos, gere quatro contratos de transportes públicos que são mais de 21.500 serviços por dia, mais de 1700 autocarros, mais de 3.000 motoristas, fazem a gestão do sistema tarifário do ecossistema da área metropolitana de Lisboa e já tiveram dias em que transportaram mais de 650.000 pessoas num dia útil. Faustino Gomes salientou que o transporte público tem o problema da fiabilidade, porque "o transporte público num sistema de autocarros coexiste com outros intervenientes que disputam a mesma infraestrutura". "Não podemos proibir o uso do carro, mas temos que olhar para o carro e perceber de que forma é que o carro é usado de forma abusiva", concluiu.

Mais financiamento precisa-se

O Metro Mondego está a instalar um sistema de transporte público de passageiros em modo rodoviário em sítio próprio, nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã. Segundo Eduardo Barata, administrador executivo do Metro do Mondego, "poderá ser e inspiradora para a projetos em Braga, Porto, Loulé, existindo neste momento e em Portugal mais de 1000 milhões de investimentos em sistemas de mobilidade".

Referiu como principais barreiras a este projeto os aspetos económicos porque é uma aposta em veículos elétricos numa operação urbana e suburbana, que se desdobra em questões tecnológicas, como a autonomia, o tipo de baterias, e os carregamentos. "O desenvolvimento da tecnologia das baterias ainda nos levanta conjunto de questões, por isso, o Metro Mondego optou por passar parte do risco para quem melhor o controla. O concurso que fizemos para o fornecimento do material circulante envolve a execução, a manutenção e a substituição das baterias assim que deixarem de cumprir determinados níveis mínimos de desempenho".

O Grupo Sousa está fazer um investimento de cerca de 14 milhões de euros para tornar cinco dos seus navios menos poluentes, com um apoio do Plano de Recuperação e Resiliência, num financiamento disponível para os armadores. Vão introduzir biocombustíveis na propulsão do navio, prepará-los para o uso de energia elétrica de terra, aplicarão sílica nos cascos dos navios para melhorar a hidrodinâmica do navio e farão a digitalização para otimizar as viagens, a propulsão, e manutenções mais eficientes.

"Esta questão das políticas públicas é um amargo de boca para os transportes rodoviários, e, de facto, sentimo-nos meros espetadores quando se fala em PRR e em incentivos. O transporte rodoviário está excluído, por CAE, de todos os incentivos que estão disponibilizados pelos governos", concluiu Ema Leitão.■

BREVES

ASSESSORIA

ABREU ASSEGUROU APOIO AO GRUPO ALEMÃO TESTO

A sociedade Abreu Advogados assegurou apoio jurídico ao grupo alemão Testo, líder na área de soluções de medição portáteis e estacionárias, na operação de construção da primeira fábrica em Portugal, em Albergaria-a-Velha. Em causa está um investimento na ordem dos 25 milhões de euros. A equipa da Abreu Advogados envolvida nesta operação foi liderada pelo sócio Rui Peixoto Duarte e contou com o apoio do associado sénior Rui Cardinal Carvalho e do associado Diogo Adegas dos Santos. A nível global, o grupo Testo emprega mais de 3700 trabalhadores e conta com cerca de 37 subsidiárias. ■

IMOBILIÁRIO

SRS LEGAL ASSESSOROU SOCIEDADE COSTATERRA

A SRS Legal assessorou a Costaterra, sociedade que está a desenvolver um empreendimento de residências de luxo em Melides, na compra de 100% do capital social da Vertigem Azul – Turismo de Natureza, empresa pioneira na observação dos golfinhos do estuário do Sado, com mais de 25 anos de existência. A equipa da SRS Legal que deu apoio jurídico à Costaterra foi liderada pela sócia responsável pelo departamento de societário e financeiro, Alexandra Valente, e incluiu as associadas Andreia Rodrigues Lopes e Clara Andrade Coelho e ainda o advogado estagiário Daniel Macedo Ferreira. ■

RECURSOS HUMANOS

AMMC LEGAL REFORÇA ÁREA DE PÚBLICO

A sociedade de advogados AMMC Legal anunciou o reforço da equipa com a integração de Mónica Lemos. A advogada cessou recentemente funções como assessora jurídica no gabinete do vice-presidente e membros do Conselho Superior da Magistratura. Mónica Lemos entra como associada sénior e irá centrar a sua atividade, maioritariamente, nas áreas do direito público, em particular no urbanismo e ambiente, incluindo alterações climáticas, bem como nos domínios da proteção de dados. Na prática, segundo fonte da AMMC Legal, trata-se de um regresso da advogada ao escritório, de onde saiu em 2017. ■

COMUNICAÇÃO SOCIAL

PLMJ COM A MEDIALIVRE NA COMPRA DE DUAS RÁDIOS

A sociedade de advogados PLMJ assessorou a Medialivre, empresa dona do Negócios, na aquisição de 100% do capital das sociedades detentoras das rádios rádios SBSR e Rádio Festival. A equipa da PLMJ foi liderada pelo sócio da área de societário e fusões e aquisições, Tomás Almeida Ribeiro, e por Rita Pereira Jardim, associada sénior da mesma área, contando ainda com a colaboração de Pedro Lomba, sócio coordenador da área de Tecnologia, Media e Telecomunicações , Rita Sousa Costa, associada da mesma área, e Carolina Campos Dias, associada sénior de Fiscal, entre outros advogados, revelou a sociedade em comunicado. ■

MINISTÉRIO PÚBLICO

GRUPO ESTUDA VIOLAÇÕES DO SEGREDO DE JUSTIÇA

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público anunciou a criação de um grupo de trabalho para avançar com propostas, junto do poder legislativo, que travem a violação do segredo de justiça e as divulgações públicas do conteúdo de peças processuais, considerando são "uma entropia no panorama judicial e que os seus autores devem ser penalizados". Frisando que apesar da percentagem de os casos conhecidos de violação representarem cerca de 1% dos processos sujeitos a segredo de justiça, o sindicato avança que não tem dúvidas de que "este é um fenómeno que atinge o âmago da justiça e a perceção que os cidadãos têm dela". ■

CONSULTORIA

EY quer contratar 300 e anda à caça de empresas

A consultora, que em Portugal é liderada por Miguel Farinha, cresceu 5% no último exercício fiscal e tem metas mais ambiciosas para este ano. Esta quinta-feira, inaugura a nova sede junto ao rio Tejo.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

A EY quer acelerar as contratações nos próximos meses, apontando para um crescimento dos quadros com 300 novos colaboradores em dois grandes momentos de recrutamento. "Em setembro vamos contratar cerca de 200 pessoas e depois em janeiro voltamos a reforçar esse contingente", com mais "80 a 100 pessoas", revela Miguel Farinha, "country managing partner" da EY para Portugal, Angola e Moçambique. Estão em causa "pessoas sem experiência" que a empresa vai "caçar" às universidades.

Isto depois de já ter gerado, em termos líquidos, 100 postos de trabalho no ano fiscal que, para a EY, termina a 30 de junho. No total, a empresa tem neste momento 2.059 colaboradores.

Ao recrutamento de jovens junta-se ainda aquele que serve para suprir saídas. "Eu diria que é raro o mês em que não entra pelo menos uma a duas dezenas na EY. Todos os meses temos contratações, nesses casos, pessoas com experiência", acrescenta.

Miguel Farinha adianta ao Negócios que o exercício fiscal da empresa "correu bem", num contexto de "incerteza económica" no país e no mundo: "A EY vai crescer este ano cerca de 5% em Portugal face ao ano passado, que já tinha sido o nosso melhor ano de sempre. Este ano voltámos a crescer sobre isso, o que nos deixa muito satisfeitos", afirma o gestor.

"A auditoria manteve uma trajetória de crescimento simpática, as áreas de assessoria fiscal e assessoria de estratégia e de transações, igualmente. A área que ficou praticamente sem crescimento, mantendo a operação, foi a área de consultoria mais tecnológica", detalha Miguel Farinha.

Crescimento esperado de 8%

Para os próximos 12 meses, as perspetivas "são boas", com o líder da EY Portugal a considerar que tem "um 'budget' novamente agressivo", que aponta "para um crescimento na casa dos 8%". Miguel Farinha espera um salto em todas áreas, destacando desde logo as de tecnologia, como a inteligência artificial ou a transformação digital das empresas, que vão obrigar a consultora a "contratar equipas específicas para reforçar competências nessa área".

Também a área de serviços legais será "claramente uma aposta" nos próximos tempos, agora que "há um novo mercado a abrir-se em Portugal", uma vez que a lei passou a permitir que as consultoras atuem com advogados próprios: "Vamos querer ser afirmativos no mercado com a nossa marca na área legal. Isso é claríssimo e temos de crescer seguramente nessa área e concorrer com as maiores consultoras". Há ainda a área de estratégia, através da EY Parthenon, que tem crescido nos últimos tempos "na casa de 30% ao ano", tendo Miguel Farinha o objetivo de "continuar com esse crescimento". E, finalmente, a sustentabilidade, em que a EY Portugal "tem feito um esforço muito significativo", com uma equipa que tem hoje cerca de 80 pessoas.

Miguel Farinha avança ainda que quer continuar a crescer por via de "aquisições de pequenas empresas" que permitam a incorporação de novas competências. "Nós temos feito algumas aquisições de empresas tecnológicas, temos estado a investir e a comprar competências específicas. Comprámos empresas com experiência em 'data analytics', já comprámos com marketing digital, algumas com maior anúncio público, outras menos, mas tem sido uma forma de crescimento e vamos continuar a fazê-lo, seguramente, nos próximos tempos", garante. "Sempre que identificamos temas específicos, produtos específicos, e nós não os temos internamente ou queremos acelerar a área de desenvolvimento, procuramos e trazemos empresas inteiras para dentro para nos ajudar nesse crescimento".

A empresa já tem alvos identi-

A EY vai crescer este ano cerca de 5% em Portugal face ao ano passado, que já tinha sido o nosso melhor ano de sempre.

Em setembro vamos contratar cerca de 200 pessoas e depois em janeiro voltamos a reforçar esse contingente com mais 80 a 100.

Temos feito algumas aquisições de empresas tecnológicas, temos estado a investir e a comprar competências específicas (...) e vamos continuar a fazê-lo, seguramente, nos próximos tempos.

MIGUEL FARINHA
"Country Managing Partner" da EY Portugal, Angola e Moçambique

A nova sede da EY Portugal, liderada por Miguel Farinha, é inaugurada esta

10
EDIFÍCIO
A nova sede da EY em Lisboa é alugada, mas motivou um investimento de 10 milhões de euros da consultora.

Pedro Catarino

quinta-feira, com vista para o Tejo.

ficados: "Não podemos é dar publicamente nomes neste momento, porque há negociação, muitos estão em fase de NDA [Non-disclosure agreement]", explica o "managing partner" da EY, que, na próxima semana, conta ainda anunciar os novos "partners" da empresa. "Vamos promover este ano mais 12 sócios", revela ao Negócios.

Allo também serve para atrair talento

Esta quinta-feira, a EY Portugal inaugura a nova sede, onde já está há alguns meses, na zona de Alcântara, junto ao rio. E Miguel Farinha adianta que, apesar de alugados, os quatro pisos dos escritórios Allo obrigaram a EY a "um investimento na casa dos 10 milhões de euros" só para equipar os 8.500 m2 que a consultora está a ocupar. "Alugámos o edifício em bruto, e depois fizemos todo o interior de obra e de imobiliário. É um investimento muito significativo, provavelmente o nosso maior de sempre em Portugal", afirma Miguel Farinha.

Os novos escritórios respondem, desde logo, ao "posicionamento de marca" da EY, que já não se coadunava com o edifício da Avenida da República, "com as suas limitações", onde estava há três décadas. Mas, com vista privilegiada para a ponte 25 de abril, estes escritórios são usados também como um chamariz para atrair talento. "Tem a vantagem de, de repente, as pessoas trabalharem num sítio que é muito mais agradável em termos de vista, que permite sair à hora do almoço para ir correr junto ao rio, ir andar de bicicleta" ou ainda "estar perto de um LX Factory ou de umas docas, com uma oferta de restauração muito agradável", integrado num bairro histórico "que está a crescer e a desenvolver-se".

O espaço foi já pensado numa lógica pós-pandemia. Dando "total liberdade às pessoas para trabalhar a partir de casa, do escritório ou do cliente", o gestor diz ser "importante também a presença no escritório", embora não a todo custo: "Que o façam porque têm vontade de ir, e não porque vou forçar a estar X dias por semana no escritório. Isso já não faz nenhum sentido hoje em dia".

Foram ainda criados "mais espaços colaborativos" e "não há lugar fixo", indica o líder da EY, dando conta que "a cada três meses as equipas rodam completamente", passando para outros pisos – o que permite "experienciar o edifício de forma totalmente diferente". A consultora está também a apostar na arte, incorporando uma galeria no edifício e investindo em obras de artistas portugueses como Pedro Cabrita Reis. ■

Estabilidade política "é uma preocupação para os investidores"

Não saber o que acontecerá em Portugal tem levado investidores internacionais a fazerem perguntas. E alguns estão a "esperar para ver", avisa o líder da EY.

Se há algo que preocupa Miguel Farinha por estes dias é a instabilidade política. O "country managing partner" da EY para Portugal, Angola e Moçambique lamenta "não termos uma perspetiva clara do que vai acontecer a três ou quatro anos".

"O facto de não termos um claríssimo programa de governo e não sabermos se vai ser cumprido em quatro anos — e como é que vai ser cumprido — é uma preocupação. Nós não podemos estar sujeitos a aprovações 'ad hoc' de leis consoante o partido A, B ou C", aponta o consultor.

E, alerta Miguel Farinha, os investidores internacionais estão atentos. "Uma das perguntas que nos colocam é o que é que vai acontecer em termos legislativos no país. É uma preocupação para os investidores e para quem olha para o mercado português, porque precisam de sentir que há esse caminho com um programa de governo que vai ser implementado em quatro anos".

"Eu trabalhei nos últimos 25 anos em transações com investidores internacionais e eles perguntam-me o que é que vai acontecer daqui a X anos, para onde é que as leis vão caminhar, o que é que eu posso esperar desta economia", revela Miguel Farinha. O líder da EY diz ser "muito difícil dar essa mensagem de estabilidade", porque o Governo pode escolher um caminho e, "de repente, haver leis em sentido contrário".

Recordando que um inquérito da EY no ano passado colocou Portugal "pela primeira vez, no top 6 dos países que recebia mais investimento estrangeiro na Europa", Miguel Farinha afirma que isso se deveu "a uma política clara e um caminho claro do que vai a acontecer". A incerteza, diz, "nunca é boa para o investimento".

Temos [por parte dos investidores] um esperar para ver mais um pouco, o atrasar um pouco mais os processos.

MIGUEL FARINHA
Líder da EY em Portugal

Em todo o caso, para já, o consultor não conhece casos de empresas que se tenham assustado e feito a marcha atrás. "O que temos é um esperar para ver mais um pouco, é o atrasar um pouco mais os processos, os processo demorarem mais a arrancar".

Relativamente ao plano internacional, Miguel Farinha diz estar preocupado sobretudo com a guerra que tem lugar em vários pontos do mundo, nomeadamente entre a Rússia e a Ucrânia e de Israel na Palestina. "A instabilidade política que isso está a gerar é claramente uma preocupação". Em especial, destaca o primeiro caso "porque é na Europa, porque tem ramificações políticas muito relevantes, porque mexe com uma série de blocos mundiais".

E pode ficar pior. A atual conjuntura internacional, teme o líder da EY Portugal, corre o risco de se agravar. "Principalmente no ano em que vamos ter eleições americanas pela frente, com a incógnita que neste momento existe. As expectativas apontam para vários caminhos, mas é uma incógnita o que é que vai existir ali. E essa situação, juntamente com o que está a acontecer na Ucrânia, não acho que seja uma bom prenúncio para ninguém. Era bom que conseguíssemos acalmar aqui os ânimos", defende Miguel Farinha. ■

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA

ENERGIA

Em reestruturação, Engie investe 200 milhões em Portugal até 2026

A gigante energética conta com três unidades de negócio e sete empresas, mas está a rever a sua estrutura no país. Engie e Marubeni vão terminar a "joint venture" na Trustenergy e dividir ativos, enquanto a Hemera será absorvida pela Engie Portugal.

Luís Manuel Neves

José Alho, vice-CEO da Engie Portugal, garante a duplicação do investimento no país, de 100 para 200 milhões de euros, nos próximos dois anos.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Presente em Portugal há mais de 40 anos, com três unidades de negócio e sete empresas diferentes, a gigante energética franco-belga Engie está agora a reestruturar as suas operações no país. A começar pela Trustenergy, a "joint-venture" criada em 2013 entre a francesa e a japonesa Marubeni, que explora as centrais a gás natural do Pego e Tapada do Outeiro e é o segundo maior produtor de eletricidade a nível nacional. Segundo avançou o Expresso, Engie e Marubeni decidiram desfazer a parceria e dividir os ativos entre si, tendo em conta a notificação já recebida pela Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia. Contactada pelo Negócios, fonte oficial da Trustenergy disse que "não comenta este assunto".

Mas esta não é a única mudança a acontecer neste momento na estrutura da empresa em Portugal. Em entrevista ao Negócios, o vice-CEO da Engie Soluções de Energia, confirmou que a Engie Hemera – comprada em 2020 e especializada em soluções de produção solar descentralizada e autoconsumo – vai agora ser absorvida, desaparecendo esta marca do mercado. De acordo com o responsável, a integração da Hemera na Engie Portugal representa uma "evolução natural" e tem como objetivo aumentar a oferta de serviços aos clientes empresariais e industriais.

"Trata-se de cumprir o último passo da estratégia de aquisição da Hemera, há quatro anos e meio. Queremos aproveitar as sinergias técnicas dentro da empresa em projetos de maior dimensão e numa lógica de soluções integradas que vão desde a geração solar descentralizada ao eólico, passando pela biomassa, baterias e sistemas de gestão e poupança de energia", explica o vice-CEO. Por seu lado, Duarte Caro de Sousa, diretor-geral da Engie para o segmento de solar distribuído, explicou que "cada vez mais as empresas precisam de soluções integradas e que não sejam desgarradas entre si". E acrescentou: "Daí o racional desta integração".

Neste momento a Engie Hemera opera em 15 países, com cerca de 850 megawatts (MW) de capacidade instalada e 1.600 ativos sob gestão. Em Portugal, a empresa chega hoje quase aos 100 MW, com as instalações a acontecerem a uma média de 20 MW por ano. José Alho garante que "a integração da Engie Hemera não será disruptiva" e que os 25 postos de trabalho serão mantidos, com um reforço das equipas programado para os próximos anos.

Dobro do investimento

Até 2026, a ambição da Engie para Portugal passa por construir 50 MW de ativos solares com investimento próprio (e a energia vendida a empresas através de contratos de longa duração), estando já metade desta capacidade em fase de operação ou construção. Soma-se a isso mais 48 a 50 MW de outras energias renováveis, como o eólico ou a biomassa.

Estas metas exigirão assim o dobro do aumento que a Engie tinha programado para Portugal. "Há cerca de um ano anunciámos que tínhamos 100 milhões de eu-

100

META A DOIS ANOS
A Engie quer duplicar a capacidade instalada em Portugal e acrescentar mais 100 MW de renováveis, entre solar, eólico e biomassa.

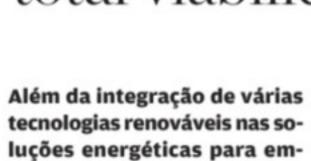
ros para investir até 2025. Desse valor já temos 50 milhões contratualizados e 20 milhões em contratualização. Mas se até 2026 estamos a incluir mais 100 MW de renováveis, facilmente teremos um outro envelope de 100 milhões de euros para apostar nestes projetos", avança José Alho.

No entanto, apesar deste envelope financeiro estar já definido, o responsável deixou a garantia que a empresa tem ainda mais fôlego para continuar a investir nas energias renováveis no país, caso surjam projetos interessantes que o justifiquem. "Não temos propriamente um limite. Avaliamos todos os projetos em ternos de mais-valias para nós e para os nossos clientes e temos capacidade técnica e financeira para os desenvolver. Não estamos a olhar para o que podemos ou não gastar", reforça, sublinhando que a empresa tem em mãos alguns projetos pioneiros.

Na zona da Guarda, o grupo tunisino Coficab, que produz cablagem para a indústria automóvel, é um bom exemplo. Trata-se do primeiro projeto da Engie a incluir turbinas eólicas de grandes dimensões (10 MW) para autoconsumo e baterias, em conjunto com uma central solar já existente. "São projetos complexos, que ainda ninguém fez em Portugal e que exigem uma grande capacidade financeira de investimento", remata.

PERGUNTAS A DUARTE CARO DE SOUSA

Diretor-geral de Solar Distribuído da Engie Portugal

"O uso de baterias ainda não tem total viabilidade económica"

Além da integração de várias tecnologias renováveis nas soluções energéticas para empresas, o responsável defende o uso de baterias e a criação de comunidades.

Hoje em dia as empresas são obrigadas a descarbonizar e as soluções de autoconsumo permitem isso.

DUARTE CARO DE SOUSA
Diretor-geral da Engie para o Solar Distribuído

Que projetos destaca em Portugal para clientes empresariais e industriais?

Por estes dias temos uma central de biomassa de 10 MW a arrancar a sua produção nos Açores, para o Grupo Bel. É um projeto pioneiro que pode ser replicado noutras empresas. No retalho, temos trabalhado com a cadeia sueca IKEA, com projetos solares em todas as instalações em Portugal e 20 lojas em França. Também com o grupo Jerónimo Martins, ao nível dos vários centros de distribuição no país, entre muitas outras empresas.

E no estrangeiro?

Destaco o exemplo do operador logístico belga Luik Natie, o primeiro a conseguir atingir a neutralidade carbónica no porto de Antuérpia. Desde há dois anos que tem energia eólica (3 MW) e solar (3 MW) para autoconsumo, e uma bateria com 1 MW de capacidade, que trabalha em conjunto com as duas tecnologias renováveis. Além disso tem carregadores para veículos elétricos e um sistema de gestão de energia que acaba por interligar tudo.

Há um apetite cada vez maior das empresas por projetos de renováveis para autoconsumo?

As empresas são obrigadas a descarbonizar e as soluções de autoconsumo permitem isso. Mas há um limite de espaço para instalar painéis solares ou outras soluções. É aqui que entra o autoconsumo coletivo, as comunidades de energia e as baterias, que permitem aumentar a flexibilidade e a autonomia energética. Uma empresa com solar para autoconsumo consegue reduzir em 20% a energia que vai buscar à rede, mas com sistemas de armazenamento ou soluções de comunidades de energia essa percentagem aumenta.

O uso de baterias começa a ser mais comum neste tipo de projetos?

As baterias estão mais competitivas e o seu uso é potenciado pela realidade atual do mercado e pelos preços da eletricidade, que também se alteraram. Mas trata-se de uma tecnologia que ainda não tem total viabilidade económica.

Estão a promover a criação de comunidades de energia em Portugal?

Estamos muito focados ainda no autoconsumo coletivo, até porque o processo de licenciamento das comunidades de energia renovável não é simples. No entanto, já tivemos as primeiras aprovações em termos de autoconsumo coletivo. Temos cerca de 15 pedidos na Direção de Energia e Geologia e obtivemos aprovação para dois. Está longe de ser uma taxa de sucesso brilhante.

Além do licenciamento, a falta de capacidade da rede elétrica é um entrave aos projetos que desenvolvem para empresas?

Defendemos que a utilização da rede para autoconsumo em Portugal deveria ser encarada de outra forma, como acontece nos projetos até 1 MW de capacidade. É um grande constrangimento porque temos situações em que é necessário instalar mais do que 1 MW e nesse caso já estamos a competir pela capacidade de rede equiparados com o solar de larga escala e outros grandes projetos renováveis. Por isso tentamos implementar esse limite nos projetos. Não faz sentido ter grandes sistemas se depois não há ligações à rede para os mesmos. Isto prejudica as nossas metas de descarbonização, enquanto país.

Que previsões fazem para o mercado do autoconsumo empresarial?

Acreditamos que haverá uma aceleração. O mercado está disposto a ouvir propostas diferenciadoras e já deu sinais de que há muito interesse nestas soluções de integração de várias tecnologias no autoconsumo. Até porque o investimento fica do nosso lado e isso dá aos clientes previsibilidade em termos de custos da energia que vão comprar. ■ BS

AUTOMÓVEL

Tesla vai deixar de pesar mais de 50% nas vendas de elétricos nos EUA?

A fabricante liderada por Elon Musk lidera o mercado norte-americano de veículos elétricos desde 2015 e desde 2018 que as suas vendas são superiores a de todos os seus rivais juntos.

PEDRO CURVELO
pedrocurvelo@negocios.pt

Vincent West/Reuters

As vendas da Tesla encolheram 13% no primeiro trimeste deste ano.

A Tesla poderá perder um dos seus "marcos históricos" que dura há já seis anos: vender mais veículos elétricos nos EUA do que todos os seus rivais.

A fabricante liderada por Elon Musk soma 618 mil viaturas elétricas vendidas no mercado norte-americano nos 12 meses que terminaram em maio, superando os restantes construtores automóveis por 21 mil unidades, segundo dados da Marklines, empresa de dados sobre vendas da indústria automóvel citados pela Bloomberg.

Com as vendas do segundo trimestre a serem conhecidas na próxima semana, fabricantes como a General Motors (GM), Hyundai e Kia poderão ajudar a "cortar" a quota de mercado da Tesla para menos de 50%, o que não sucede desde 2018, ano em que o Model 3 começou a ser produzido em larga escala. Isto porque, refere a Bloomberg, estes três fabricantes lançaram recentemente novos modelos que se estão a revelar populares.

A Tesla é líder nas vendas de automóveis elétricos nos Estados Unidos desde que o Model S ultrapassou o Nissan Leaf, em 2015. E desde 2018 que vende mais do que todos os seus rivais juntos.

A empresa de Musk viu as vendas caírem 13% em termos homólogos nos primeiros três meses deste ano, enquanto marcas como a Hyundai aumentaram as entregas de elétricos nos EUA em 56% e a Ford viu as vendas destes veículos dispararem 86%.

Alguns analistas apontam as posições políticas mais polémicas de Musk como um dos fatores que penaliza as vendas da Tesla mas o principal motivo para o pior desempenho da fabricante é a dependência excessiva de apenas dois modelos: o Model 3 e o Model Y, que representam 95% das vendas.

"A Tesla tem muito mais concorrência agora", frisa Stephanie Valdez-Streaty, diretora de análise da indústria na Cox Automotive, que aponta ainda como fator a falta de oferta da Tesla em segmentos onde os rivais têm lançado novos modelos.

Ainda assim, a Tesla vende cinco vezes mais carros elétricos nos EUA do que o rival mais próximo, a Hyundai. E em termos de ações, a Tesla vale em bolsa cerca de 575 mil milhões de dólares - menos de metade do seu "pico", em 2021, quando chegou a ter uma capitalização de 1,2 biliões – deixando a grande distância a segunda maior fabricante automóvel mundial em termos de "market cap", a Toyota.

A Bloomberg destaca que as poucas empresas que conseguiram ter uma fatia de mais de metade do mercado nos EUA são gigantes sem rivais nas respetivas áreas: a Apple nos smartphones, a Google nos motores de busca e a Nvidia nos microprocessadores para inteligência artificial (IA). ■

TRANSPORTES

"Serviço fluvial do Tejo deve ser posto à concorrência"

A presidente da AMT defende que o contrato da Transtejo/Soflusa deve ser "posto a concurso"quando terminar.

A presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), Ana Paula Vitorino, defendeu esta quarta-feira no Parlamento que o contrato de concessão do serviço fluvial do Tejo "deve ser posto a concurso quando terminar".

Aos deputados, a responsável disse que o serviço da empresa pública Transtejo/Soflusa "tem de ser posto a concurso, tem de ser posto à concorrência" e "ainda que ganhe uma empresa pública tem de passar por um crivo de concorrência". É que, defendeu, é daí que "resultam obrigações de serviço público concretas e penalizações por incumprimento".

"Temos que ser mais exigentes. E não é numa coisa que se herda que podemos ser mais exigentes, tem de ser no momento em que acaba o contrato", defendeu.

Em seu entender, "não se pode interromper os contratos mesmo com entidades públicas, mas deve ser posto à concorrência e com as exigências todas que a legislação comunitária obriga e que os planos da ONU também aconselham".

Sobre a fusão da Transtejo e Soflusa, a presidente da AMT considerou tratar-se de uma "concentração natural", frisando que as empresas já tinham o mesmo conselho de administração e o serviço era planeado em conjunto, mas tinham "regulamentos de pessoal diferentes, o que só perturbava porque potenciava conflitos laborais".

Sobre a multa de 500 mil euros aplicada à CP devido aos atrasos, Ana Paula Vitorino salientou que a questão tem a ver com necessidade detetada pela AMT de rever o contrato de concessão. Em seu entender, os contratos mais antigos não permitem fazer o controlo do serviço nem preveem penalizações por incumprimento, ao contrário dos novos contratos, apontando a mesma necessidade relativamente ao Metropolitano de Lisboa.

Ana Paula Vitorino diz que a fusão da Transtejo e Soflusa é uma "concentração natural".

Sobre os serviços ferroviários de passageiros, Ana Paula Vitorino, afirmou que, a concretizar-se o Plano Ferroviário Nacional (PNF) em 2029, os novos operadores ferroviários de passageiros terão espaço de canal, podendo concorrer com a CP nos serviços interurbanos.

"O aumento da rede não tem de ser para operadores que já existem, devem ser repartidos", afirmou a responsável da AMT, assegurando que isso ficará garantido com o PFN. ■

MARIA JOÃO BABO

INVESTIMENTO

Juros altos dão nova vida a fundos adormecidos há uma década

O ambiente é mais difícil para conseguir retornos dos investimentos, avisa o diretor-geral da BNY Mellon Investiments para Portugal. Ralph Elder aponta o potencial dos fundos de retorno absoluto.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

Após uma década de taxas de juro em torno de 0% e inflação abaixo da meta dos bancos centrais, a rápida mudança no custo do dinheiro – e consequente impacto nas bolsas – pode trazer de volta produtos financeiros que têm ficado na gaveta nos últimos anos. Ralph Elder, diretor-geral da BNY Mellon Investments para Portugal, espera o regresso dos fundos de retorno absoluto, que apostam no risco para captar valorizações mesmo nos momentos desfavoráveis do mercado.

"O negócio em Portugal é muito semelhante ao restante a nível europeu. Há muita procura desde que as taxas de juro e a inflação começaram a subir", explica Ralph Elder, em entrevista ao Negócios. Há duas décadas no grupo financeiro centenário, o gestor abriu, em 2001, em conjunto com Sasha Evers, o escritório de Madrid.

Quando Evers subiu a líder de distribuição de retalho para toda a Europa da BNY Mellon Investments, em 2021, Elder assumiu a divisão ibérica e da América Latina – responsável pela gestão de 3 mil milhões de dólares em ativos (no total da gestora são 2 biliões). Foi por isso que esteve em Lisboa na semana passada, para se encontrar com os clientes portugueses, para quem dívida pública ou fundos monetários estão entre os investimentos mais atrativos.

"São mercados muito conservadores", diz sobre o Sul da Europa, sublinhando que tem sido "muito difícil" a portefólios conservadores conseguirem retornos. "O que percebemos este ano é que está lentamente a mudar. E agora, à medida que o Banco Central Europeu (BCE) está a descer taxas de juro e que muitos dos fundos 'buy and hold' estão a atingir maturidades, os clientes profissionais têm de encontrar novos sítios para pôr o seu dinheiro, em que consigam bons retornos".

Neste momento, o foco está virado para os produtos de taxa fixa, como a dívida. O grupo opera por via de boutiques especializadas, sendo que Elder destaca que as maiores vendas tem sido feitas num fundo de dívida global "high yield" de curto prazo gerido pela gestora Insight. "Vemos os clientes a gravitar de volta para estes fundos, o que nos dá oportunidades em termos de 'high yield' de curto prazo e dívida empresarial global, que substituem algum risco acionista ou servem para diversificar".

Já no mercado acionista, o responsável da BNY Mellon Investments vê uma transição das ações de crescimento para a qualidade. "Provavelmente, no final deste ano ou no próximo, poderá passar para produtos de maior valor, como o rendimento, que consideramos ser um ótimo lugar para colocar o dinheiro", indica.

O trabalho de Ralph Elder passa não só por perceber onde é que há potencial e interesse neste momento, mas onde é que haverá também no futuro. É aí que entram os fundos de retorno absoluto – que na viragem do século eram vistos como o segredo para ganhar sempre, mas que acabaram por gerar desilusão. "Olhando à frente, para o que ainda ninguém vê, mas que tenho a certeza que vai voltar, se houver um ambiente de subida de volatilidade e dispersão, tanto no rendimento fixo como nas ações, vai ser preciso voltar a ter produtos descorrelacionados".

"Algo que costumávamos vender em 2011 eram os fundos de retorno absoluto, liquidez diária. O que aconteceu foi que os bancos centrais entraram no mercado e inundaram-no com liquidez", o que conteve a volatilidade e dispersão. "Com taxas de juro quase negativas, os fundos de retorno absoluto não funcionavam. Nos últimos dois ou três anos estão a regressar, mas as pessoas ainda não o veem realmente", afirma Ralph Elder.

O gestor considera que os clientes continuam a olhar para o que se habituaram na última década, nomeadamente no que diz respeito à gestão passiva. Alerta, contudo, que essa estratégia pode não resultar no novo contexto. "Para clientes que estão à procura de diversificação, descorrelação e 'alpha', produtos como retorno absoluto e multi-ativos vão desempenhar um papel interessante porque vai ser mais difícil tomar decisões de alocação de ativos", remata. ■

Ralph Elder lidera a divisão ibérica e da América Latina – responsável

Mariline Alves

pela gestão de 3 mil milhões em ativos – da BNY Mellon Investments.

PERGUNTAS A RALPH ELDER
Diretor-geral da BNY Mellon Investments para Portugal

"Não digo que os juros não vão descer. Digo é que o caminho vai ser mais volátil"

A inflação está a descer e as taxas de juro dos bancos centrais vão acompanhar essa tendência. Mas não será um caminho linear, alerta Ralph Elder. Em entrevista ao Negócios, o diretor-geral da BNY Mellon Investments para Portugal alerta que ainda há riscos, o que irá obrigar a escolhas mais criteriosas nos investimentos.

Os bancos centrais globais estão a começar a cortar juros. Que impacto tem?

A história dos cortes de juros deixou de ser uma rua de sentido único. Ainda há muitos riscos e achamos que, embora a direção da viagem seja a correta, vai haver muita volatilidade. Se olharmos para a forma como os mercados chegaram a descontar os cortes de juros este ano, isso mostra o quão terríveis somos enquanto investidores.

A inflação pode ressurgir?

Vemos a inflação a movimentar-se na direção certa. Mas Jerome Powell [presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos] disse várias vezes que quer evitar os erros dos anos 1970 quando, ao cortar juros demasiado cedo, tivemos de enfrentar a mesma inflação três vezes antes de Volcker chegar no final da década e aumentar realmente as taxas. Portanto, não digo que os juros não vão descer de todo, digo é que o caminho para a descida das taxas vai ser mais volátil.

O que é isso significa para os investimentos?

Isso significa que quem gerir os ativos ativamente e com qualidade pode ter a possibilidade de usar essa volatilidade em seu benefício. Para esses, a volatilidade é uma amiga porque permite encontrar erros na fixação de preços e encontrar as melhores ações e obrigações para investir. O problema é que para as pessoas que têm de tomar essas decisões e escolher os fundos já não é tão fácil, porque já nem todos os fundos passivos vão resultar da mesma forma que resultaram nos últimos cinco anos. Mas também nem toda a alocação ativa de ativos vai resultar nos próximos cinco a dez anos, porque tem havido muito 'beta' escondido na alocação de ativos. Portanto vai, consideramos nós, ser um bom ambiente para nós. Pensamos ter 'alfa' de qualidade.

Que ativos preferem e quais estão a evitar?

Podemos ver algumas áreas que vão ser interessantes. Continuamos a ver as ações de qualidade que têm poder de fixação de preços. Toda a gente sabe o que são: são fundos ou empresas que não têm demasiada dívida nas suas carteiras. Pensamos que as taxas de juro vão provavelmente continuar mais elevadas por mais tempo. Por isso, esperamos que os ciclos venham a regressar, mas, neste momento, é preciso ter muito cuidado com o que se vai fazer. Por isso, preferimos olhar mais para as obrigações fundamentais e para a escolha de ações do que tentar dizer setores ou países. Neste momento, estamos a gravitar um pouco mais em torno das ações europeias, porque vemos mais valor e crescimento. Há uma recuperação nos últimos três a seis meses.

E nos Estados Unidos?

Estamos sobreponderados em Treasuries porque consideramos que ainda há capacidade de investimento nas obrigações do Tesouro dos EUA. Estamos lentamente a ver mais interesse em alguns mercados emergentes, como Taiwan e Coreia através dos semicondutores, mas também o crescimento interno que está a surgir em países como a Índia.

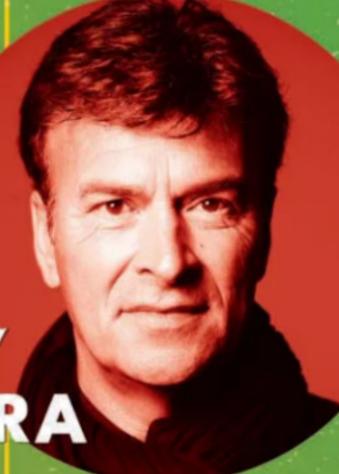
Estamos a gravitar um pouco mais em torno das ações europeias, porque vemos mais valor e crescimento. Há uma recuperação nos últimos meses.

RALPH ELDER
Diretor-geral da BNY Mellon Investments para Portugal

Considera-se um otimista?

Diria que estou moderadamente otimista. O nosso cenário central é que vamos provavelmente ver alguma convergência de crescimento entre Estados Unidos e Europa, no sentido em que a Europa está a sair de um período de dois anos de crescimento entre zero e ligeiramente negativo. E os EUA estão a desacelerar.

Como vê Portugal?

Para nós [Portugal] é um aspeto de um portefólio global. O que vemos é que o sul da Europa está a ter um forte crescimento. O que faria era comparar a dívida portuguesa, e quão interessante está, com Espanha, Alemanha ou Itália. ■

"Temos ferramentas e tecnologias exclusivas"

Oficinas do Grupo Volkswagen asseguram diagnósticos precisos e intervenções eficientes feitas por técnicos qualificados, que garantem maior longevidade e valor de revenda do veículo.

A pós-venda do grupo Volkswagen em Portugal é um caso de sucesso. Das intervenções e manutenções nas oficinas à estratégia da sustentabilidade, esta equipa é um exemplo a seguir. Pedro Prazeres, diretor pós-venda na SIVA|PHS, conta tudo.

O grupo Volkswagen é reconhecido mundialmente pela sua inovação e qualidade. Pode falar-nos um pouco sobre a visão e a missão do departamento de pós-venda do grupo Volkswagen em Portugal?
A nossa missão no departamento de pós-venda é maximizar a fidelização dos nossos clientes e para isso é necessário garantir a máxima satisfação através de um serviço de excelência, sustentado por tecnologia de ponta e inovação contínua. A nossa visão é ser referência no setor automóvel, oferecendo soluções que não só atendem às necessidades dos nossos clientes, mas que também promovem a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

Quais são as principais vantagens de realizar intervenções e manutenções nas oficinas de marca do grupo Volkswagen em comparação com oficinas multimarca?
As vantagens são significativas. Primeiro, contamos com técnicos altamente qualificados e formados especificamente nos nossos veículos. Segundo, utilizamos peças genuínas do grupo Volkswagen, garantindo a melhor performance e segurança. Além disso, estamos equipados com ferramentas e tecnologias exclusivas, assegurando diagnósticos precisos e intervenções eficientes. Tudo isso resulta numa maior longevidade e valor de revenda do veículo.

A sustentabilidade é um tema crucial atualmente. Pode explicar-nos a estratégia Way2zero da Volkswagen e como se reflete nas operações de pós-venda?
A estratégia Way2zero é a nossa ambiciosa iniciativa para alcançar a neutralidade carbónica até 2050. No departamento pós-venda, isto traduz-se em ações concretas, como a utilização de energia renovável nas nossas oficinas, a promoção de práticas de trabalho sustentáveis e a adoção de processos de reciclagem avançados. Estamos também a investir em tecnologias que reduzem a pegada ambiental das nossas operações diárias, como a digitalização de processos sempre que possível.

De que forma as oficinas do grupo Volkswagen em Portugal estão a implementar soluções de energia fotovoltaica?
Em Portugal, várias das nossas oficinas já estão equipadas com sistemas de energia fotovoltaica, que permitem a produção de energia limpa e renovável. Este investimento reduz significativamente a nossa pegada de carbono e diminui os custos operacionais a longo prazo, permitindo-nos reinvestir em melhorias contínuas nos nossos serviços. Adicionalmente, temos uma marca de soluções de carregamento e energia fotovoltaica – a Moon – que também apoia a nossa rede nesta transição e na racionalização do investimento, tendo também projetos em estado muito avançado para a reutilização das baterias de viaturas elétricas e híbridas para melhorar a eficiência das soluções já implementadas, ou até contribuir para a sua ampliação.

Explique como é a gestão de resíduos nas oficinas, especialmente no tratamento e reciclagem de baterias de viaturas 100% elétricas?
A gestão de resíduos é uma prioridade para nós. As baterias de viaturas elétricas, em particular, são tratadas com o máximo cuidado. Temos parcerias com empresas especializadas em reciclagem de baterias, assegurando o seu correto tratamento, o cumprimento das metas de reciclagem e reutilização, minimizando o impacto ambiental. Estamos também a estudar parceiras com empresas que promovam a 2ª vida de baterias de alta tensão, quando já não são adequadas para viaturas, mas podem ser rentabilizadas em outro tipo de aplicações. Por fim, seguimos todas as regulamentações europeias e nacionais relativas ao tratamento de resíduos perigosos.

Pedro Prazeres, diretor pós-venda na SIVA|PHS

A formação contínua dos colaboradores é um dos pilares para um serviço de alta qualidade. Dê-nos alguns números e exemplos do investimento da Volkswagen nesta área?
A formação dos nossos colaboradores é fundamental para mantermos a excelência e qualidade no serviço. Em média, cada técnico recebe cerca de 150 horas de formação especializada por ano, entre formação presencial e online, abrangendo desde novos modelos e tecnologias até melhores práticas de atendimento ao cliente. Este investimento contínuo assegura que estamos sempre atualizados e preparados para oferecer o serviço com os mais altos padrões de qualidade possível.

Qual é a experiência típica de um cliente que leva o seu veículo a uma oficina Volkswagen? Como garantem um serviço de qualidade consistente?
A experiência do cliente nas nossas oficinas é desenhada para ser eficiente, transparente e confortável. Desde o pedido de agendamento online até à entrega do veículo, cada etapa é pensada para maximizar a conveniência e a satisfação do cliente, tentando manter o mesmo informado do estado da intervenção na sua viatura. Colocamos ao dispor da nossa rede sistemas avançados de gestão e comunicação para garantir que cada intervenção é realizada com precisão e no menor tempo possível. A qualidade consistente é garantida através de rigorosos padrões de serviço e auditorias regulares.

Quantas viaturas são atendidas diariamente nas vossas oficinas no País?
As nossas oficinas em Portugal atendem mais de 1.000 viaturas por dia. Este volume elevado é gerido através de uma logística eficiente e uma equipa de profissionais qualificados, garantindo que cada veículo recebe a atenção e o cuidado necessário.

Como estão a preparar-se para o futuro do setor automóvel, especialmente no contexto da eletrificação e da digitalização?
O grupo Volkswagen está na vanguarda da eletrificação e digitalização do setor automóvel. Estamos a investir fortemente em infraestruturas de carregamento para veículos elétricos, bem como em tecnologias de conectividade que melhoram a experiência do cliente. Atualmente, todas as nossas viaturas são capazes de comunicar connosco, com autorização do cliente, podendo fornecer informação relevante de apoio em caso de necessidade, como a sua localização e mensagens registadas na viatura, permitindo efetuar desempanagens telefónicas ou ir ao local já com o conhecimento técnico da situação, indicando as necessidades de manutenção, melhorando a experiência de cliente. No departamento de pós-venda, isso significa estar preparado para atender e manter uma nova geração de veículos inteligentes e sustentáveis, conduzidos por clientes cada vez mais exigentes.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Como subverter a execução orçamental

Vamos esquecer a parte política do passa-culpas sobre a questão das despesas extraordinárias que o ministro das Finanças denunciou. Vamos esquecer a parte política da resposta de Fernando Medina, que questionou a competência técnica de Miranda Sarmento... aparentemente por confundir contabilidade nacional com contabilidade "de caixa".

Centremo-nos a três na justificação dada para realizar despesa que não estava inscrita no orçamento: eram decisões urgentes, entre as quais pagamentos que urgia fazer aos agricultores (o apelo ao "lobby" dos produtores é evidente...).

Qual o problema com a justificação dada pelo anterior ministro das Finanças? A tentativa de fuga à obrigação de só fazer despesa que está prevista no orçamento. Porquê? Porque usar critérios como urgência para fundamentar despesa abre as portas a abusos na execução orçamental. Se moda pega, teríamos os juristas dos gabinetes ministeriais (ou contratados fora do governo) a avançar as mais mais sofisticadas explicações para qualificar o caráter urgente da despesa pública.

É possível evitar este tipo de prática? É. Com um escrutínio apertado das decisões dos governos (coisa que não foi feita nos últimos meses de António Costa)... e evitando erros como o cometido pelo Presidente da República: o governo demitiu-se a 7 de novembro de 2023 e Marcelo marcou eleições para 10 de março. Para dar tempo ao PS para preparar uma alternativa a António Costa. O problema é que isso deu tempo mais do que suficiente a um governo de gestão para aturar como se estivesse na plenitude de funções. A propósito, ainda não ouviremos o PR questionar os mais de 1200 milhões de despesa extraordinária, feita pela dupla Costa-Medina... ■

RESET

FERNANDO ILHARCO
Professor na Universidade Católica Portuguesa

A inclinação para a acção

Não existem argumentos definitivos sobre o que muda o mundo: o pensamento ou a acção? Não esquecendo os mal-entendidos e o acaso. A ligação entre pensamento e acção não é linear. Tantas vezes, essa relação não surge claramente e muitas vezes não deixa de ser surpreendente o que vemos acontecer; pelo menos, no momento em que acontece, porque tempos depois tudo pode ser mais fácil de compreender.

"Uma coisa é o pensamento, outra a acção. Não estão ligados pela roda da causalidade", comentou Nietzsche, o pensador alemão. O pensamento, muitas vezes, é relacionado com conhecimento, com o estudo e a análise. Mas se a acção muda o mundo e se o mundo muda com a acção, então agir, desde logo, e melhorar, corrigir, voltar a agir e ajustar, pode ser o melhor dos caminhos.

Ao decidir, ao fazer, genericamente, pode seguir-se um de dois caminhos. Um primeiro, talvez mais clássico: estudar e analisar, ganhar conhecimento, e depois agir. Outro, talvez mais ajustado aos tempos que correm: agir, começar a actuar, aprender e corrigir, e continuar a actuar e a ganhar conhecimento. Um conhecimento razoável sobre o assunto em causa, uma análise suficientemente boa, pode ser o melhor de todos os pontos de partida. Favorece a acção, a aprendizagem e o ajustamento. E não devemos esquecer, que com pouco, algum ou muito conhecimento, quando se começa a actuar, as coisas começam a mudar.

É importante ter em mente um outro aspecto. Agir não é sinónimo de trabalhar muito. Sem muito trabalho, geralmente, não se vai longe, é certo. Mas, muito boa gente trabalha muito e não vai longe. Decide pouco, actua pouco, não muda as coisas. Muitos profissionais, competentes e motivados, andam de reunião em reunião, a resolver problemas e a colaborar em

projectos. Mas, por vezes, é muita ocupação, documentos e mais documentos, conversas, emails e telefonemas, e pouca decisão, a produtividade é baixa. Pode trabalhar-se muito e decidir pouco, adiando e analisando várias vezes os mesmos assuntos. Trabalhar muito, em si mesmo, ajuda à sensação de dever cumprido e à expectativa de que as coisas vão correr bem. Mas, para que esse trabalho tenha, de facto, um efeito positivo é necessário, assentando na competência técnica e relacional, que ele alimente a tomada cadenciada de decisões. Com muito trabalho, mas poucas decisões, as coisas pioram.

O trabalho que leva à tomada de decisão é o que faz diferença. Um trabalho focado na decisão, cadenciada e atempada. Em cada tarefa, em cada reunião, em cada análise, é importante tomar uma decisão, o mais depressa e o melhor possível. Agir, por isso, é decidir bem e depressa, e contribuir para que os outros na organização também o façam.

Já em 1982, o best-seller 'Na Senda da Excelência', que lançou o negócio dos 'business books', destacava a inclinação para a acção como um tipo de comportamento, de cultura organizacional, que favorece o sucesso. Hoje, a mesma ideia, enfatizando a rapidez de decisão, faz parte dos princípios de liderança da Amazon. Lê-se (amazon.jobs): "A velocidade importa nos negócios. Muitas decisões e ações são reversíveis e não precisam de um estudo extensivo. Valorizamos a tomada de decisão com riscos calculados." A não decisão, o adiar e o analisar e voltar a analisar, minam a liderança, complicam o trabalho, contribuem para que a organização seja menos competitiva.

Não era o gato que era curioso. A curiosidade que matou o gato, ou que o salvou, é a curiosidade da pessoa que actua, de quem abre a caixa e vê o gato vivo ou morto. Enquanto não se abre a caixa, enquanto não se actua, como disse Schrodinger, o gato está vivo-e-morto. Ou seja, nem uma coisa nem outra. ■

> Agir é decidir bem e depressa, e contribuir para que os outros na organização também o façam.

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico

Coluna mensal à quinta-feira

A MÃO VISÍVEL
Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com

ÁLVARO NASCIMENTO | CARLOS ALBUQUERQUE | JOAQUIM AGUIAR | JORGE MARRÃO | PAULO CARMONA | PEDRO BRINCA

Acordem partidos e sindicatos, o mundo mudou!

PAULO CARMONA

O papel da empresa na sociedade está a mudar, e muito. Abandonado está o antigo projeto de simples remuneração ao capital investido tal como aprendemos na escola. Hoje, numa boa evolução, a empresa está no centro da transformação social atuando mais numa parceria e interação alargada entre fornecedores, clientes, trabalhadores e acionistas. Por necessidade e porque só assim, com os 4 parceiros satisfeitos e alinhados, a prosperidade pode ser alcançada.

E as empresas não enfrentam mudanças apenas no seu papel na sociedade. O teletrabalho e a tecnologia, empurrados pela pandemia, vieram criar novos modelos de relação laboral nas empresas, conciliando desejos de maior flexibilidade, de compatibilidade com a vida pessoal e familiar, através de reuniões à distância e com gestão por objetivos. Nem todos os setores e atividades o conseguirão e nem todas as empresas estão organizadas para o suportar, ou são suficientemente produtivas para o conseguir, mas o tradicional modelo "das 9 às 5" está a ser totalmente ameaçado, especialmente pelas novas gerações. Contudo, a mudança mais radical está para vir, com maior ou menor velocidade, a Inteligência Artificial. Um furacão que ameaça com a obsolescência profissões e modelos produtivos, arruinando e criando negócios e empresas, talvez maior que a máquina a vapor do Sr. Watt.

Perante estes cenários de rutura que faz a nossa esquerda protestante e conservadora, e os sindicatos que domina? Escondem a cabeça e as ideias nos compêndios marxistas do século passado, no confronto trabalho capital e na luta de classes, restando-lhes a criação do medo e exageros nas causas sociais e ambientais. Não entendem o novo mundo, o novo trabalho. Pararam no tempo, no chavão da defesa dos trabalhadores, num Titanic que se afunda. Hoje, os maiores inimigos dos trabalhadores são a falta de lucro e prosperidade das empresas, que detestam, e a rigidez laboral que persistem em defender, inimiga dos novos modelos de flexibilidade por todos desejado, e a única forma de sobreviver à IA e à sua promessa disruptiva nas profissões e funções produtivas. Acordem! Prestam um mau serviço aos trabalhadores. Porque quem não se adapta, morrerá. ■

> *"De todo o modo, a prosperidade (da empresa e do indivíduo) é a chave para o sucesso de qualquer mudança nos modelos de trabalho, sejam eles a semana de quatro dias ou o teletrabalho."*
>
> **CELSO FILIPE**
> **NEGÓCIOS,**
> 24 DE JULHO 2024

Não é mais nem menos, é melhor Estado

PEDRO BRINCA

Foi anunciado pelo governo uma proposta de reforma da administração pública que é o primeiro passo para uma reforma estrutural a 4 anos e que não há dúvida que é precisa. A necessidade de reforma vem desde logo da necessidade de a rejuvenescer. Portugal é o 3.º país da OCDE com uma proporção maior de funcionários públicos com mais de 55 anos (36%), e o 5.º com menor peso dos que têm menos de 35 anos (7%). No IMD World Competitiveness Yearbook, somos 41.º em 63 países no que diz respeito à eficiência do governo. Um trabalho recente mostra uma evolução positiva na qualidade dos serviços públicos prestados entre a década de 2000 e a de 2010 mas mesmo assim em níveis pouco recomendáveis.

Portugal não é uma ilha e as administrações públicas são fatores de competitividade ao mesmo tempo que a sustentabilidade orçamental exige uma maior eficiência e racionalização dos recursos. Para ter uma reforma bem-sucedida é preciso um consenso político acerca da sua importância e capacidade de liderança para motivar as estruturas acerca da sua necessidade. Mudar regras sem mudar a cultura e comportamentos pode até fazer pior. Têm de estar bem definidos os objetivos políticos, económicos e financeiros da reforma. Foi curioso ver que ao mesmo tempo que Leitão Amaro descreveu esta reforma como algo que "preserva e valoriza os trabalhadores da administração pública", anuncia uma poupança de 4,1 milhões de euros com a redução em 25% dos cargos diretivos. Suspeito que os 79 diretores que se viram desempossados não se sintam particularmente valorizados ou preservados, sem pôr em causa a necessidade da medida. A discussão não deve ser se deve haver mais ou menos estado, mas melhor estado.

Por outro lado, é preciso ter mecanismos de medição da performance para que se possa monitorizar o que corre bem ou mal e ir ajustando os procedimentos. Não há estratégia sem um conhecimento preciso da realidade. Não deixa, porém, de ser irónico que pelo menos naquilo que é público, o único requisito para que fosse desbloqueada a quinta tranche do PRR fosse, neste domínio, a "entrada em vigor do pacote legislativo relativo à reorganização da administração pública". ■

> *"A boa reforma é a reforma que se faz: discutido há muito, mas só agora e hoje fazemos."*
>
> **ANTÓNIO LEITÃO AMARO**
> **RTP3,**
> 25 DE JUNHO 2024

LUGAR À MESA

CATARINA CARIA
Gestora de Programas na área da Paz e Desenvolvimento Sustentável; Membro do Conselho Estratégico da CIP

Diário de Bruxelas, parte II

Querido Diário,

A odisseia dos "top jobs" parece ter sido resolvida com uma videochamada entre os líderes negociadores (o grego Kyriakos Mitsotakis, o polaco Donald Tusk, o espanhol Pedro Sánchez, o alemão Olaf Scholz, o francês Emmanuel Macron e o holandês Mark Rutte) na segunda-feira.

E isso é uma excelente notícia para todos nós, portugueses. Atenção que não o digo de ego inchado, com um bacalhau na mão e o Ronaldo na televisão numa Casa Benfica em Bruxelas. Mas ter mais um português num cargo de alto nível europeu é, por si só, um feito e um meio para Portugal. Desde logo, representa uma vitória para a diplomacia portuguesa nos grandes centros de decisão. Reduz a nossa perifericidade e aproxima os assuntos europeus dos portugueses de norte a sul.

Não obstante o histórico de humildes contribuições financeiras para organizações internacionais, Portugal consegue posicionar líderes portugueses em altas chefias europeias e multilaterais. Note-se António Guterres, Jorge Moreira da Silva, António Vitorino, Mónica Ferro, entre muitos outros nomes nacionais nos corredores das Nações Unidas, e claro o antigo presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que, numa entrevista ao jornal El Espanol, partilhou o seu apoio a António Costa como o "melhor posicionado" para presidir ao Conselho Europeu, por ser quem "gera mais consenso" entre as divergentes famílias políticas europeias.

> O antigo primeiro-ministro português, António Costa, será o presidente do Conselho Europeu.

António Cotrim/Lusa

Também ficaram confirmados os restantes "top jobs" e António Costa é mesmo um homem entre mulheres. A senhora Europa continuará senhora de si na Comissão Europeia e a estónia Kaja Kallas sucede ao espanhol Josep Borrell como chefe da diplomacia europeia, o que será certamente interessante acompanhar dado o áspero antagonismo da cunhada "Dama de Ferro" com a Rússia de Putin.

> As conferências de adesão da Ucrânia e Moldávia deram oficialmente início ao processo de reformas nos dois países.

Quem não gostou da brincadeira foi a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, e o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orban, que "bateram com o nariz na porta" das negociações.

Também esta semana, Bruxelas pintou-se de azul e amarelo. As conferências de adesão da Ucrânia e Moldávia deram oficialmente início ao processo de reformas nos dois países até que se tornem membros da União Europeia. E há muito trabalho a fazer. Até lá, a Comissão Europeia terá de rever todas as leis ucranianas para garantir que estão alinhadas com as leis e regulamentos da UE. Ainda assim, a abertura das conversações é mais um forte sinal de solidariedade para com a Ucrânia e envia uma forte mensagem ao Kremlin, numa altura em que Vladimir Putin procura, desesperadamente, alianças económicas e militares alternativas ao Ocidente. ■

XOXO,
Gossip Girl

Oluna semanal à quinta-feira

...medialivre

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.
Diretor-Geral Editorial Carlos Rodrigues
Diretor-Geral Comercial Luís Ferreira
Diretor de Informática Rui Taveira
Diretora Financeira Ivone Nunes
Diretor de Pessoas e Organização David Pinto
Diretor de Circulação João Ferreira de Almeida
Diretor de Marketing e Reader Revenue João Aleixo
Diretor de Arte Pedro Freire
Diretora de Research Ondina Lourenço

negocios

Diretora Diana Ramos; **Diretor Adjunto** Celso Filipe; **Redatoras Principais** Filomena Lança (Coordenadora de Economia), Maria João Babo; **Grande Repórter** Rui Neves (Coordenador Porto); **Editores** João Maltez, Leonor Mateus Ferreira (Mercados), Lúcia Crespo (Weekend), Miguel Baltazar (Fotografia), Paulo Ribeiro Pinto (Economia), Pedro Curvelo (Online), Vítor Rodrigues Oliveira (Empresas); **Redação** Bárbara Cardoso, Bárbara Silva, Carla Pedro (Coordenadora Online), Catarina Almeida Pereira, Diana do Mar, Diogo Mendo Fernandes, Fábio Carvalho da Silva, Filipa Lino, Hugo Neutel (Coordenador de Empresas), Inês Santinhos Gonçalves (Coordenadora Online), Joana Almeida, Maria Caetano, Mariana Ferreira Azevedo, Marta Velho (Coordenadora Online), Ricardo Jesus Silva, Sara Ribeiro, Susana Paula; **Departamento de Arte** Mónica Santos (Coordenadora), Pedro Teixeira, Rui Santos (Online), Sílvia Arrochinho; **Departamento de Fotografia** Sofia Henriques; **Secretariado** Teresa Nunes; **Revisão** Mariana Andrade; **Colunistas** Aldino Campos, Álvaro Nascimento, António Moita, Armando Esteves Pereira, Bruno Faria Lopes, Camilo Lourenço, Catarina Caria, Catarina Roseta Palma, Cristina Casalinho, David Bernardo, Edson Athayde, Fernando Ilharco, Fernando Medina, Francisco Mota Ferreira, Isabel Stilwell, Joana Garoupa, João Borges de Assunção, João Duque, João Pinto, Joaquim Aguiar, Jorge Marrão, José Crespo de Carvalho, José Esteves, José Sá Reis, Luís Marques Mendes, Luís Afonso (cartoonista), Luís Miguel Henrique, Luís Todo Bom, Manuel Falcão, Maria de Fátima Carioca, Maria Luísa Moreira, Paulo Carmona, Pedro Brinca, Pedro Fontes Falcão, Pedro Oliveira.

Administração e Redação Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 2º Piso - 1549-023 Lisboa, TEL. +351 210 494 000

Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%); **Contribuinte** 502801034; **CRC de Lisboa** 502801034; **Registo Edição Papel** ERC 121571; **Depósito Legal** 120966/98; **ISSN** 0874-1360; **Periodicidade** Diário; **Registo Edição Online** nº 123 490 / ICS

Assinaturas Telefone: 210 494 999; e-mail: assine@medialivre.pt; Correio: Remessa Livre 11258 - Loja da 5 de Outubro - 1059-962 LISBOA (não precisa de selo) ou escreva para: Cofina-Serviço de Assinantes - Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 1549-023 Lisboa; **Publicidade** Telefone: (+351) 210 494 076 - E-mail: publicidade@medialivre.pt; **Impressão** EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro; **Distribuição** Vasp - Distribuição de Publicações SA - Telef.: 21 4398500; **Propriedade/Editora** Medialivre, S.A. | Cap. Social: 22 523 420,40 €. **Sede** Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 1549-023 Lisboa; **C-Studio e Negócios em Rede** Marcas que representam a área de Conteúdos Patrocinados do Negócios. Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

PROJECT SYNDICATE

LUCREZIA REICHLIN
É ex-diretora de "research" do Banco Central Europeu, é professora de Economia na London Business School.

Metas de inflação numa era de alterações climáticas

No final de abril, num discurso na Sorbonne, o Presidente francês Emmanuel Macron sugeriu que os líderes europeus deveriam considerar alargar o mandato do Banco Central Europeu (BCE) para incluir metas de descarbonização. A sua proposta foi praticamente ignorada; para muitos, parece provavelmente demasiado radical para valer a pena discutir. Mas não é nada radical e ignorá-lo representaria uma grande oportunidade perdida.

O mandato de estabilidade de preços do BCE, tal como a sua independência, sempre foi considerado "intocável". Mas a procura da estabilidade de preços não acontece no vácuo. O Tratado de Maastricht, que estabeleceu o quadro jurídico para a união monetária europeia, reconhece-o. Embora o tratado afirme que o objetivo principal do BCE deve ser a manutenção da estabilidade de preços, também determina que, "sem prejuízo" desse objetivo, o BCE deve apoiar as políticas económicas mais amplas da União Europeia, com "vista a contribuir para a realização" dos objetivos do bloco.

Isto sempre foi interpretado como um mandato hierárquico: a estabilidade de preços vem em primeiro lugar, mas outros objetivos – como o emprego e a estabilidade financeira – também devem ser perseguidos. Assim, quando o BCE sugeriu, na sua revisão estratégica de 2021, que iria incorporar "considerações sobre alterações climáticas" no seu quadro político, estava a operar com base no pressuposto de que o clima seria secundário em relação à estabilidade de preços.

Mas o que é que acontece quando os objetivos do BCE entram em conflito? Afinal, a procura por estabilidade de preços pode envolver compromissos. No entanto, não existe atualmente nenhum procedimento estabelecido pelo BCE para definir a política monetária quando a busca pela estabilidade de preços entra em conflito

Wolfgang Rattay

com outras prioridades da União Europeia (UE). A proposta provocativa de Macron deveria forçar os líderes europeus a ter em conta esta lacuna – a começar na próxima revisão da estratégia do BCE, planeada para o próximo ano.

O BCE não está sozinho. Os bancos centrais puramente orientados para a inflação (como o Banco de Inglaterra (BoE) ou os bancos centrais dos países nórdicos) e a Reserva Federal dos EUA (que tem um mandato duplo) enfrentam o mesmo tipo de compromissos. Estes bancos centrais prosseguem os seus objetivos de inflação num horizonte de médio prazo, mas permitem alguma divergência no curto prazo, precisamente para evitar ou reduzir os custos de transição, tais como a perda de emprego ou de produção. Como disse uma vez o ex-governador do BoE, Mervyn King, "ter um alvo de inflação não é ser um louco pela inflação".

Mas, tal como acontece com o BCE, estes bancos centrais poderão necessitar de uma abordagem mais matizada e flexível. Especificamente, quando é provável que o regresso rápido da inflação ao objetivo tenha custos elevados – em termos de emprego, estabilidade financeira e esforços para combater as alterações climáticas – poderá ser sensato prolongar o horizonte temporal do banco central. Para este fim, teriam de ser formulados critérios formais para vincular os custos aos horizontes temporais.

A contabilização da transição climática não será fácil. Consideremos o impacto das restrições regulamentares sobre a utilização de tecnologia de combustíveis fósseis – uma componente essencial das estratégias de emissões líquidas zero. Estas funcionam tal como as restrições de oferta decorrentes de perturbações na cadeia de abastecimento ou de choques geopolíticos, deslocando a curva de oferta para a esquerda e tornando-a mais inclinada.

Nestas circunstâncias, as alterações na procura poderão conduzir à volatilidade dos preços e a política monetária com objetivos de inflação poderá afetar negativamente o emprego. Em qualquer caso, quando a inflação é causada por fatores do lado da oferta, o impacto da política monetária é limitado, pelo que devem ser utilizados outros instrumentos para aliviar a restrição.

Embora os principais modelos macroeconómicos assumam que a política monetária não afeta o produto potencial, há provas empíricas que sugerem que aumentos acentuados das taxas de juro podem reduzir o investimento em setores considerados mais arriscados, mesmo que possam revelar-se mais produtivos no longo prazo. Talvez o mais importante no nosso exemplo seja o investimento em investigação e desenvolvimento de tecnologia verde, que exige um enorme investimento inicial. Os decisores da política monetária devem, portanto, garantir que os esforços para atingir a meta de inflação não impedem esse investimento.

Embora o investimento em tecnologia verde possa ser incentivado através de instrumentos financeiros e orçamentais, continua a ser sensível às condições financeiras. Assim, se os bancos centrais restringirem essas condições, a fim de controlarem a inflação no curto prazo, correm o risco de minar a produtividade e a sustentabilidade, e até mesmo de alimentar a inflação, no longo prazo. Afinal de contas, uma economia menos produtiva e mais exposta tanto às restrições de oferta como aos riscos climáticos será mais vulnerável à inflação. É claro que também existem custos em adiar as intervenções anti-inflacionárias. Tem de ser alcançado o equilíbrio certo.

Longe de ser um tema esotérico para os economistas académicos discutirem entre si, este é um sério desafio prático que os bancos centrais não terão outra escolha senão enfrentar nas próximas décadas. Dado que a transição verde envolve o reequilíbrio da produção longe de processos "sujos", é provável que seja caracterizada por pressões inflacionistas temporárias. Os bancos centrais devem garantir que a sua resposta não amplifica a perturbação e aumenta os custos de produção.

Reconhecendo-o, alguns bancos centrais já incorporaram flexibilidade na forma como abordam os seus mandatos. Mas agora devem operacionalizar essa flexibilidade através da conceção de um quadro transparente e baseado em investigação para gerir os custos e benefícios da inflação e de outros objetivos. A sugestão de Macron deveria dar início a este processo. ■

Tradução: Leonor Mateus Ferreira

Embora o investimento em tecnologia verde possa ser incentivado através de instrumentos financeiros e orçamentais, continua a ser sensível às condições financeiras.

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Manuel Pinto de Azevedo, 80, 1.º - 4100-320 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

QUINTA-FEIRA | 27 JUN 2024

MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA

MELHOR TÍTULO DE INFORMAÇÃO ECONOMICA

...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de maio de 2024: **5.083 exemplares**

SA LUÍS AFONSO

BREVES

OBRIGAÇÕES

SIC VAI EMITIR MAIS DÍVIDA

a SIC decidiu aumentar a emissão de obrigações a quatro anos ligadas a critérios de sustentabilidade de 30 milhões de euros para 48 milhões de euros, anunciou esta quarta-feira a estação de televisão detida pela Impresa em comunicado à CMVM. ■

SAÚDE PRIVADA

ACORDO COM ENFERMEIROS

A Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) chegou ontem a acordo coletivo com cinco sindicatos de enfermeiros, o qual contempla aumentos salariais entre os 7,8% e os 15%. O acordo define ainda novas regras de organização de trabalho. ■

ALEMANHA

REFORÇA POLÍTICA CONTRA O ÓDIO

O Governo alemão apresentou um projeto de lei para reforçar a política contra o ódio na Internet, planeando expulsar do país os imigrantes que celebrem 'online' atos terroristas. O texto do diploma foi proposto pela ministra do Interior, Nancy Faese. ■

INDÚSTRIA

Alvo da Bondalti entra no "vermelho" antes da OPA

D.R.

Na primeira metade do ano passado a Ercros tinha lucrado 16,5 milhões de euros.

Nas vésperas da Oferta Pública de Aquisição (OPA) anunciada em março pela Bondalti, do grupo José de Mello, a química espanhola Ercros antecipa prejuízos de até dois milhões de euros no primeiro semestre.

Em comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários espanhola (CNMV), a empresa prevê que o resultado líquido varie entre 0 e menos dois milhões de euros, contra os lucros de 16,5 milhões obtidos em igual período do ano passado.

Já a faturação deve encolher dos 419,5 milhões de euros para um valor entre 345 e 355 milhões, enquanto o EBITDA (resultados antes de impostos, juros, depreciações e amortizações) não deve ir além dos 20 a 25 milhões, contra os 45,2 milhões homólogos.

Estas estimativas - esclarece na informação submetida ao regulador - foram feitas tendo por base os resultados fechados de maio e a visibilidade do mercado.

"Os resultados do primeiro semestre de 2024 foram negativamente afetados por casos de força maior declarados por dois dos nossos fornecedores, que impactaram negativamente a produção e as vendas neste período", justifica a empresa com sede em Barcelona.

A Bondalti anunciou a 5 de março ter lançado uma OPA sobre a totalidade do capital da Ercros. A oferta propõe uma contrapartida de 3,6 euros por ação, o que se traduz num prémio de 40,6% face à cotação de fecho da véspera do anúncio. Feitas as contas, a oferta avalia o grupo espanhol, que é especializado na produção e venda de produtos químicos, em 329 milhões de euros. ■

DIANA DO MAR

ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt

LUÍS MONTENEGRO
Primeiro-ministro

A fragilidade do apoio parlamentar pode ser uma vantagem para o primeiro-ministro, na medida em que André Ventura optou por romper de forma praticamente definitiva com o PSD. Esta circunstância atira o Chega definitivamente para a oposição e coloca pressão sobre o PS para viabilizar o próximo OE. A fórmula "fazer das fraquezas forças" aplica-se aqui com toda a propriedade. ■

MIGUEL ALBUQUERQUE
Presidente do Governo Regional da Madeira

Miguel Albuquerque insiste em manter-se no cargo de presidente do Governo Regional da Madeira, pede "bom senso" para que o seu programa seja aprovado e coloca-se nas mãos do Chega/Madeira. No continente, um antigo primeiro-ministro demitiu-se devido à Operação Influencer, na Madeira o líder mantém-se apesar de ter sido constituído arguido num caso de corrupção. Afinal onde está e quem é o problema? ■